



unopar

---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU  
MESTRADO EM METODOLOGIAS PARA O ENSINO DE  
LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS**

VÂNIA DE ALMEIDA SILVA MACHADO

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL II  
DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES  
CURRICULARES**

---

Londrina  
2016

**VÂNIA DE ALMEIDA SILVA MACHADO**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL II  
DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES  
CURRICULARES**

Dissertação apresentada à UNOPAR, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Bernadete de Lourdes Streisky Strang

Londrina  
2016

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,  
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS  
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP  
(Ficha elaborada pelo Bibliotecário: José Matias dos Santos Filho CRB 9 / 1557)**

Machado, Vânia de Almeida Silva  
M135e Educação financeira no ensino fundamental II do Paraná: uma análise das  
diretrizes curriculares / Vânia de Almeida Silva Machado. Londrina [s.n.], 2016.  
80f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Metodologias para o Ensino  
de Linguagens e suas Tecnologias). Universidade Norte do Paraná.

Orientador: Profa. Dra. Bernadete de Lourdes Streisky Strang

1 - Ensino - dissertação de mestrado - UNOPAR 2 - Educação - Economia  
3 - Ensino 4 - Formação continuada - Tecnologia I - Strang, Bernadete  
de Lourdes Streisky; orient. II - Universidade Norte do Paraná.

CDU 378.4:658.15

VÂNIA DE ALMEIDA SILVA MACHADO

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO FUNDAMENTAL II DO PARANÁ:  
UMA ANÁLISE DAS DIRETRIZES CURRICULARES

Dissertação apresentada à UNOPAR, no Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias, área e concentração Ensino de Linguagens e suas Tecnologias, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

---

Profª Drª Bernadete de Lourdes Streisky Strang

Universidade Norte do Paraná

---

Prof. Dr. Regis Garcia

Universidade Estadual de Londrina

---

Profª Drª Helenara Regina Sampaio Figueiredo

Universidade Norte do Paraná

Londrina, 08 de junho de 2016.

Dedico esta dissertação ao meu marido  
que acreditou em meu trabalho e esteve  
sempre presente na busca dos meus  
ideais.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me conceder coragem para acreditar, força para não desistir e proteção para amparar.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bernadete de Lourdes Streisky Strang, muito obrigada pela ajuda, ensinamentos, orientações e contribuições. Também por me receber em sua casa de portas abertas e sempre estar à disposição, me incentivando a acreditar que tudo daria certo. Realmente, deu certo, e você é parte essencial deste trabalho.

Ao meu querido esposo, Carlos, por ser tão importante na minha vida. Sempre a meu lado, fazendo-me acreditar que posso mais que imagino. Devido a seu companheirismo, amizade, paciência, compreensão, apoio, alegria e amor, este trabalho pôde ser concretizado. Obrigada por ter feito do meu sonho o nosso sonho!

Ao pequeno Marquinhos, que, no último ano, esteve tão próximo de mim nos momentos de estudos, sempre compreensivo quando eu apenas respondia sim a muitas de suas perguntas. Meu filho, que sempre me inspira a querer ser mais que fui até hoje!

À minha sogra, Fátima, que, em tantos momentos, cuidou do meu bem mais precioso, Marquinhos, para que eu pudesse participar das aulas do Mestrado e conseguisse realizar minhas pesquisas.

Ao pequeno Gabriel, que chegou no final desse trabalho, trazendo mais ânimo para o encerramento das pesquisas.

Aos colegas de trabalho, que, diariamente, demonstravam compreensão e muita disposição para ajudar neste trabalho.

A todos os professores do Programa de Mestrado, pelo subsídio de conhecimento proporcionado para a realização deste trabalho.

“Não será pequena a diferença, então, se formarmos os nossos hábitos de uma maneira ou de outra desde nossa infância; ao contrário, ela será muito grande, ou melhor, ela será decisiva.”

Aristóteles (1985, 1103b, 22-25)

MACHADO, Vânia de Almeida Silva. **Educação Financeira no Ensino Fundamental II do Paraná: Uma Análise das Diretrizes Curriculares**. 2016. Dissertação (Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagens e suas Tecnologias) – Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Londrina, 2016.

## RESUMO

A Educação Financeira pode ser entendida como o processo pelo qual os indivíduos melhoram sua compreensão acerca dos conceitos e dos produtos financeiros. Atualmente, há uma movimentação de ordem mundial que estimula a prática da educação financeira, a fim de capacitar a população para lidar com essa temática. Esse estímulo se mostra necessário para impedir que a população, em função do consumo inadequado, acabe em situação de endividamento ou inadimplência, bem como para que os investimentos financeiros se tornem mais acessíveis para todas as classes sociais. No Brasil, a Educação Financeira foi assunto abordado pelo Comitê de Fiscalização e Regulação dos Mercados Financeiros (COREMEC), que criou, em 2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que visa estimular e propagar a Educação Financeira em todo território nacional. Apesar de algumas instituições internacionais estimularem a criação e inserção de uma disciplina própria de Educação Financeira na grade curricular, a ENEF preconiza, de imediato, tratar o tema de forma transversal. Por se tratar de tema recente, nem todas as unidades federativas o trabalham nos dias de hoje. Esta pesquisa teve como escopo analisar se os documentos legais norteadores do Ensino Fundamental II do Estado do Paraná contemplam os conteúdos de Educação Financeira na proposta curricular elaborada pela ENEF. Para tanto, foram verificados os conteúdos básicos existentes nas diretrizes das disciplinas que compõem o Ensino Fundamental II, bem como o Caderno de Expectativas de Aprendizagem, que detalha ainda mais os tópicos de ensino que se almeja que os alunos aprendam nesta etapa da educação escolar e correlacionados com a proposta curricular da ENEF para a Educação Financeira. Após esta análise, foi verificada a existência de conteúdos básicos e expectativas de aprendizagens relacionadas à Educação Financeira, nas disciplinas de Geografia, História e Matemática, que não suprem, contudo, toda a proposta curricular concebida pela ENEF. Foi observado ainda que a legislação que regulamenta a educação no Estado do Paraná, em específico o Ensino Fundamental II, ainda não incorporou a temática da educação financeira.

**Palavras-chave:** Educação Financeira. Diretrizes curriculares. Conteúdos básicos. Expectativas de aprendizagem.



MACHADO, Vânia de Almeida Silva. **Financial Education in Paraná School II: An Analysis of Curriculum Guidelines**. 2016. Dissertation (Master in Methodologies for Teaching Languages and their Technologies) – University of Northern Paraná (UNOPAR). Londrina, 2016.

### **ABSTRACT**

The Financial Education can be understood as the process by which individuals improve their understanding of the concepts and financial products. Currently, there is a world order movement that stimulates the practice of financial education in order to enable the population to address this issue. This stimulus is now necessary to prevent the population, due to the inappropriate consumption, end up in situation of debt or default and so that investments become more accessible to all social classes. In Brazil, the Financial Education was the subject addressed by the Audit Committee and Regulation of Financial Markets (COREMEC), who created in 2010 the National Strategy for Financial Education, which aims to stimulate and spread the financial education (ENEF) throughout the country. Although some international institutions stimulate the creation and insertion in the curriculum of their own discipline of Financial Education, the ENEF advocates immediately address the issue across the board. Because it is recent issue, not all federal units work the theme today. This research had the scope to consider whether the legal documents guiding the Elementary School II, Paraná State, include the financial education content in curriculum proposal prepared by ENEF. Therefore, the existing basic content in the guidelines of the subjects were found to make up the Secondary School and the Learning Expectations notebook that further details the teaching topics that aims to help students learn at this stage of school education and related with the curriculum proposal ENEF for Financial Education. After this analysis, it was verified the existence of basic content and expectations of learning related to Financial Education in Geography of disciplines, History and Mathematics, which do not meet, however, all the proposed curriculum designed by ENEF. It was also noted that the legislation governing education in the state of Paraná, in particular primary education II, not yet incorporated the theme of financial education.

**Keywords:** Financial Education. Curriculum guidelines. Basic content. Learning expectations.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais Conceitos da Moderna Teoria de Finanças .....	25
Quadro 2: Exemplo de Tópicos de Educação Financeira .....	31
Quadro 3: Os objetivos, competências e conceitos relacionados à ENEF.....	33
Quadro 4: Conteúdo Programático – Educação Financeira segundo ENEF.....	35
Quadro 5: Relação entre os Conteúdos Programáticos da Educação Financeira propostos pela ENEF e os Conteúdos Básicos e Expectativas de Aprendizagem do Ensino Fundamental II .....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Nível de Endividamento da População Paranaense entre setembro de 2014 e setembro de 2015.....	21
Gráfico 2: Tipos de Dívidas Nacionais.....	22
Gráfico 3: Nível de Inadimplência da População Paranaense entre setembro de 2014 e setembro de 2015.....	23
Gráfico 4: Resultados da pesquisa realizada pelo COREMEC .....	41

## LISTA DE SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BM&F	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros e de Capitais
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
FECOMÉRCIO	Federação do Comércio do Paraná
FED	Federal Reserve
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PIB	Produto Interno Bruto
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1 AS FINANÇAS PESSOAIS</b> .....	<b>17</b>
1.1 CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: O ENDIVIDAMENTO DESNECESSÁRIO .....	20
1.2 UMA OUTRA CONSEQUÊNCIA DA CARÊNCIA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A INADIMPLÊNCIA .....	23
1.3 OS MOTIVOS QUE LEVAM AO ENDIVIDAMENTO E À INADIMPLÊNCIA.....	24
<b>2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS FINANÇAS PESSOAIS</b> .....	<b>28</b>
2.1 PROPOSTAS DE CONTEÚDOS PARA UMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA .....	30
2.2 ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF) .....	33
2.3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM OUTROS PAÍSES .....	36
2.4 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL .....	38
<b>3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ESTADO DO PARANÁ</b> .....	<b>44</b>
3.1 ANÁLISE DAS DIRETRIZES BÁSICAS DO ENSINO DO PARANÁ.....	45
3.1.1 Geografia.....	45
3.1.2 História .....	49
3.1.3 Matemática.....	50
3.2 ANÁLISE DO CADERNO DE EXPECTATIVAS.....	54
3.2.1 Geografia.....	55
3.2.2 História .....	59
3.2.3 Matemática.....	60
<b>4 DISCUSSÃO</b> .....	<b>63</b>
<b>5 CONCLUSÕES</b> .....	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>73</b>

## INTRODUÇÃO

Entender sobre formas de financiamento, juros, orçamento ou poupança são requisitos necessários para que uma pessoa, ou uma família, consiga manter o controle sobre suas finanças.

O conhecimento acerca de finanças pessoais é bastante baixo na população brasileira, segundo pesquisa realizada pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2010). Uma das formas de inverter este dado é a inserção dessa temática na escola. A ENEF, assim como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), apoia que este conhecimento seja introduzido na formação básica do indivíduo.

Nesse sentido, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros e de Capitais (COREMEC) defende que as escolas podem contribuir de forma significativa na educação financeira dos alunos e que, através do aprendizado recebido, disseminarão o conhecimento para toda família ENEF (2011).

Trabalhando em conjunto com a OCDE, o COREMEC adotou a ideia de que a introdução da Educação Financeira deve ser aplicada o mais cedo possível na vida dos indivíduos, preferencialmente por meio da inclusão da disciplina no currículo escolar.

Para a OCDE, Educação Financeira é

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (CONEF, 2009, p. 20).

Pelo conceito apresentado acerca de Educação Financeira e adotado por este trabalho, verifica-se que esses conhecimentos devem estar contextualizados no ensino básico de formação, que, segundo a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB), situa-se no Ensino Fundamental e Médio.

Apesar de a OCDE recomendar a criação de uma nova disciplina para abordar o conteúdo de Educação Financeira, o COREMEC, em projeto-piloto realizado no Ensino Médio de escolas públicas situadas no Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará e Tocantins, apresentou o conteúdo de forma verticalizada nas disciplinas de Matemática, Português, Ciências, Geografia e História.

Constatou-se, no projeto, que a criação de uma nova disciplina impactaria no trabalho do professor e no estudo do aluno, tornando assim uma orientação na Proposta Pedagógica do Programa de Educação Financeira nas Escolas, uma das ações da ENEF, instituída pelo Decreto nº 7397/10.

Dessa maneira, a política adotada no Brasil é de que a Educação Financeira seja realizada de forma verticalizada nas disciplinas constantes na grade curricular, conforme observamos nas propostas da ENEF.

Do ponto de vista prático, a abordagem acerca do tema se justifica por diversos indicativos financeiros da população brasileira noticiados ultimamente, como o nível de endividamento e inadimplência, por exemplo.

No Estado do Paraná, no ano de 2014, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Federação do Comércio do Paraná (FECOMÉRCIO) apontou que mais de 86% das famílias paranaenses estavam endividadas (BERTOLDI, 2014).

Os níveis de endividamento da população brasileira também se mostraram elevados. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) encomendada pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo apontaram que, em dezembro de 2015, 61,1% das famílias brasileiras estavam endividadas (OLIVEIRA, 2015).

Os motivos que levam a este cenário são muitos: estabilidade da moeda, inflação baixa, maior oferta de crédito, expansão do sistema econômico do capital, incremento da publicidade que incentiva o consumo, entre outros. Obviamente que esses fatores estão relacionados a setores econômicos, sociais e individuais.

O grande problema do endividamento é que ele compromete parte dos rendimentos das famílias, o que impede ou dificulta de forma significativa que eles concretizem seus anseios e projetos. Assim, a aquisição de bens de maior valor financeiro fica distante das famílias endividadas.

É nessa fase que a Educação Financeira se apresenta como uma ferramenta da sociedade atual. Mette e Matos (2014) relatam que ela é capaz de capacitar o indivíduo para o consumo consciente, permitindo que suas finanças e gastos sejam controlados, respeitando, dessa maneira, alguns preceitos básicos que prevenirão o endividamento.

É importante ressaltar que o consumo consciente não significa abstenção de consumo, o que, se acontecesse, levaria o caos ao mercado econômico. O consumo consciente gera bons frutos tanto para o indivíduo, que se livra do endividamento e da inadimplência, além de abrir as portas para os investimentos, quanto para o sistema, que terá menores perdas e riscos, reduzindo juros, possibilitando alimentar de forma mais eficiente a cadeia de recursos financeiros (METTE; MATOS, 2014).

Em todo o mundo, a Educação Financeira vem ganhando relevância e se tornando poderosa ferramenta de instrução. Sua incorporação à grade curricular ainda é bastante discutida, especialmente quanto ao formato, mas a sua relevância para a formação do cidadão já está bastante consolidada nas sociedades (METTE; MATOS, 2014).

Os países mais desenvolvidos possuem maior avanço nesse sentido. O Brasil está se estruturando para tentar proporcionar, aos estudantes, conhecimentos básicos acerca das finanças. O Decreto nº 7.397 de 22/12/2010 institui a ENEF, que tem como propósitos promover a educação financeira e previdenciária, aumentar a capacidade das pessoas na tomada de decisões acerca de seus recursos, além de contribuir para eficiência e a solidez do mercado financeiro (ENEF, 2015).

Martins (2004) destaca a importância de inserir a educação financeira aos filhos desde os seus primeiros anos de vida. Nesta fase, os pais seriam os grandes responsáveis por inserir os filhos no contexto financeiro. Na escola, os conteúdos que fazem parte da educação financeira podem ser



trabalhados desde as primeiras séries do Ensino Fundamental, num primeiro momento, abordando o consumismo exagerado e desestimulando essa prática.

Já a abordagem mais técnica, que prepara o indivíduo para o trato das finanças pessoais, poderia ser realizada nos anos finais do Ensino Fundamental, momento em que os conteúdos de outras disciplinas auxiliariam na compreensão dos temas abordados pela Educação Financeira. Importante frisar que esse momento se justificaria, também, pela curta permanência da população brasileira, que é de apenas 7,7 anos (BRASIL, 2014).

A metodologia utilizada trata-se de pesquisa bibliográfica e ainda de análise documental, referentes às normas educativas do estado e do país. Assim, a metodologia empregada nesta pesquisa tem caráter exploratório e descritivo, uma vez que se utiliza de referencial teórico para formular uma concepção acerca do tema, com posterior análise de um cenário real, à base das concepções referenciadas. Nas palavras de Gil (2004, p. 41), as pesquisas exploratórias

[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão”.

Assim, a concepção acerca da Educação Financeira, buscando referenciá-la e conceituá-la com base na literatura científica disponível, representa o caráter exploratório da pesquisa. Gil (2004, p. 43) cita ainda que a pesquisa bibliográfica

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como

aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

São diversas as fontes que baseiam a literatura científica, entre as quais podemos citar livros, enciclopédias, artigos científicos, teses, dissertações, entre outros, que podem ser acessados por via impressa ou ainda por meio digital, tendo em vista a enorme expansão da internet.

As pesquisas descritivas almejam o detalhamento das características da população ou do fenômeno observado, ou, ainda, a busca pelas relações entre as variáveis. Vários tipos de estudos podem ser classificados como pesquisa descritiva, que possui como característica significativa a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário ou a observação sistêmica, por exemplo (GIL, 2004, p. 41).

O caráter descritivo justifica-se pela exposição da Educação Financeira no Estado do Paraná e sua comparação com os ditames dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica e Diretrizes Curriculares Estaduais do Paraná.

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar os documentos norteadores da Educação, no que tange o Ensino Fundamental II, no Estado do Paraná, a fim de verificar como os conteúdos da Educação Financeira propostos no currículo elaborado pela ENEF estão relacionados na grade curricular nesta etapa de ensino.

Já os objetivos específicos são:

- Descrever brevemente acerca das Finanças Pessoais e a importância da Educação Financeira.
- Verificar se no Estado do Paraná se trabalham os assuntos pertinentes à Educação Financeira da forma como é recomendada pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

## 1 AS FINANÇAS PESSOAIS

A administração das finanças pessoais passa, necessariamente, por um processo de planejamento. Aliás, planejar se impõe à natureza humana como algo essencial, similar ao hábito de se alimentar. É o planejamento que possibilita a previsão e o desvio de vulnerabilidades que poderiam comprometer a execução de determinada tarefa (FREZATTI, 2009). Nesse sentido, Meyer (1997) expõe que o planejamento é uma atividade inerente ao ser humano, realizada de forma consciente ou inconsciente, e que permite que o homem alinhe suas ações futuras com a escolha de alternativas que lhe são apresentadas de forma contínua.

No âmbito pessoal, o planejamento financeiro permite a análise e gerenciamento das contas e, também, dos investimentos, almejando, dessa maneira, a melhora de sua situação financeira, a fim evitar eventuais problemas ou solucionar aqueles existentes (LEAL; MELO, 2008).

Para tanto, o gestor deve estabelecer metas, considerando as necessidades básicas, bem como os anseios que atendem a realização pessoal (SAITO, 2007).

O objetivo principal do gestor de suas finanças ao realizar um planejamento financeiro pessoal é estabelecer a condição em que as entradas de caixa sobreponham o valor dos dispêndios. Esse “simples” exercício abre as portas para o acesso à riqueza individual, além de permitir mais facilmente a realização dos objetivos pessoais (SAITO, 2007).

Verifica-se, pois, certa familiaridade entre as finanças pessoais e as empresariais no que tange à finalidade: ambas buscam a implementação de uma estratégia precisa de acumulação de bens e valores que formarão o patrimônio (pessoal ou empresarial). Contudo, a elaboração e execução dessa estratégia não é tarefa simples, uma vez que existem muitos imprevistos e incertezas que podem ocorrer (BITENCOURT, 2004).

Considerando esses imprevistos e incertezas, Groppelli e Nikbakht (2002) explanam que o planejamento, para se mostrar mais eficiente, deve ser flexível, no sentido de permitir a aplicação de novas estratégias para substituir os planos pré-

configurados em situações em que ocorrem desdobramentos econômicos e financeiros divergentes dos padrões esperados.

É importante esclarecer, entretanto, que o planejamento financeiro pessoal não consiste simplesmente em estimar o montante a entrar e, a partir daí, definir onde e como gastar o dinheiro. O planejamento consiste também em analisar opções de investimento, avaliar se a oferta de um novo emprego é verdadeiramente mais viável por proporcionar uma remuneração maior, optar pelo uso de crédito apenas quando o cenário for realmente vantajoso, bem como outros fatores cotidianos que atingem as finanças pessoais (EID JUNIOR; GARCIA, 2001).

Não há um processo padrão para realizar o planejamento financeiro pessoal. Na verdade, existem vários tipos de processos de planejamento, com diferentes zonas de controle e de tomada de decisão, que deverá ser adotada pelo gestor em função de suas necessidades (EID JUNIOR; GARCIA, 2001). Contudo, um método que merece destaque é o orçamento.

O orçamento, para Lunkes (2010), pode ser descrito como o momento do planejamento em que se busca determinar ou estimar a melhor relação entre os resultados e as despesas, com o objetivo de proporcionar um lucro.

Deixando essa perspectiva de orçamento mais próxima da realidade doméstica, Peixe, Lehnhard e Harres (2000) afirmam que o orçamento pessoal relaciona todas as receitas e despesas previstas para o indivíduo ou para a unidade familiar, dentro de um determinado período, fixado no momento do planejamento, sendo que essas despesas devem concentrar todos os tipos de gastos, bem como as aquisições financeiras almejadas.

Após a realização do orçamento, faz-se necessário o seu efetivo controle. Neste momento, é importante que o gestor pessoal adote todas as cautelas para que as previsões sejam efetivamente concretizadas, de modo exatamente igual, ou ao menos muito próximo, ao planejado.

No controle do orçamento é natural que ocorram imprevistos, que podem deteriorar as previsões elencadas. Hoji (2009) aponta, contudo, que as famílias realizam, comumente, gastos desnecessários, que poderiam ser evitados com a adoção de medidas simples. Esses gastos necessários com itens supérfluos

poderiam ser evitados e permitiriam a reserva financeira para momentos oportunos, como problemas que demandam gastos inesperados.

Eid Junior e Garcia (2001) alertam que em famílias com filhos o controle orçamentário é ainda mais emblemático e a ocorrência de imprevistos se assevera. Os mesmos autores sugerem a participação dos filhos na vida financeira da família, de forma a educá-los a lidar com o dinheiro, como uma maneira de auxiliar na elaboração e controle do orçamento doméstico.

Neste momento, é importante trazer à luz o elucidado por Shius (2009), que comenta a visão equivocada das pessoas que creditam aos altos rendimentos a solução da vida financeira. Na realidade, já foram verificadas situações nas quais a pessoa fica milionária subitamente, em virtude de premiação na loteria e, em pouco tempo, retorna a sua situação financeira anterior. Isso decorre, principalmente, da falta de planejamento e da inabilidade gerencial dos recursos pessoais.

Além de proporcionar um ambiente financeiro mais favorável, a gestão financeira pessoal previne, ou ainda pode retirar, o indivíduo de situações, de endividamento ou inadimplência. Enquanto o primeiro dificulta a confecção ou efetivação de um planejamento, o segundo pode levar à restrição de crédito, além de uma elevação na dívida assumida, em decorrência da incidência de juros e multa.

É importante destacar que, desde a instituição do Plano Real como nova unidade do Sistema Monetário Brasileiro, em 1994, a população brasileira vive uma nova realidade. Segundo Cherobim e Espejo (2011), as pessoas, de maneira geral, passaram a ter mais noção de valor, referências de preço e, conseqüentemente, a cuidar mais do seu dinheiro.

Entretanto, Bugarin (2013) apresenta duas conseqüências herdadas do período hiperinflacionário: a expectativa de que a instabilidade monetária pode voltar a qualquer momento e a ausência de uma sólida formação financeira na educação dos atuais adultos.

A ausência dessa formação financeira apontada por Bugarin (2013), aliada à ampliação da oferta de crédito e financiamentos, descrita por Mattoso (2005), pode ter elevado o nível de endividamento da população brasileira.

Importante destacar que o endividamento não implica, necessariamente, num cenário catastrófico. A realização de financiamentos para aquisição do veículo

ou do imóvel pode ser favorável em alguns casos, por exemplo, quando o financiamento acarreta numa saída do aluguel.

Entretanto, o endividamento exacerbado e descontrolado pode acarretar na situação de inadimplência, que deve ser evitada por todas as pessoas e/ou famílias. É possível dizer que a inadimplência, se não for efetivamente controlada e combatida, é o primeiro passo para a insolvência civil – situação em que a pessoa possui mais dívidas que poder econômico para saldá-las ou, em outras palavras, quando o passivo da pessoa é maior que seu ativo total (GOMES, 2013).

Necessário esclarecer desde já a diferença entre endividados e inadimplentes. Segundo Olivato e Souza (2007), endividados podem ser descritos como aqueles que contraem dívidas e comprometem uma parcela significativa de suas rendas e rendimentos para honrá-las; inadimplentes são aqueles que deixam de cumprir um contrato ou determinada cláusula de contrato, contraem as dívidas e não as honram.

## **1.1 CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: O ENDIVIDAMENTO DESNECESSÁRIO**

Com o surgimento dos novos produtos financeiros, em decorrência, principalmente, da estabilidade econômica no Brasil, surge uma nova dificuldade. Conforme apontam Braunstein e Welch (2002), para se beneficiarem desses produtos e inovações, os consumidores precisam de um nível básico de conhecimento sobre finanças não somente para identificar e acessar as informações que lhe são pertinentes, como também para saber avaliar a fonte dessas informações.

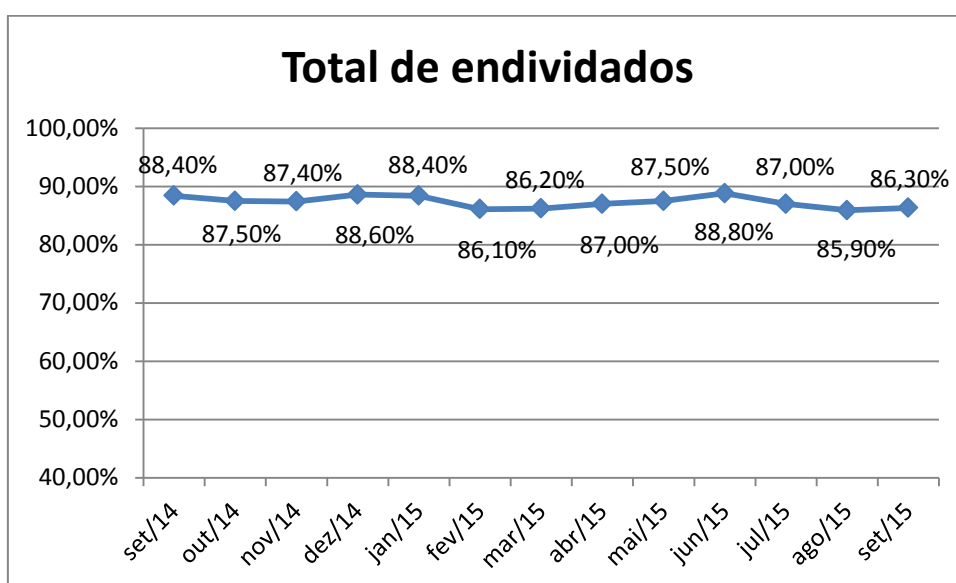
Vislumbrando um cenário um tanto adverso, em que se pode apontar para a carência de gestão financeira pessoal, uma pesquisa do FECOMÉRCIO (2015a) demonstrou que quase 86,30% dos paranaenses estavam endividados.

Entretanto, não se pode negligenciar o endividamento em virtude da compra de automóveis e imóveis. É notório que o aumento do PIB e do poder aquisitivo, principalmente da classe média, aliada a políticas econômicas de facilitação de créditos, impulsionaram demasiadamente esse tipo de dívida. O

mercado de crédito é, contudo, bastante representativo e, em 2008, já respondia por mais de 30% do PIB brasileiro (COELHO; PINTO; FERREIRA, 2008).

O nível de endividamento da população do Estado do Paraná entre setembro de 2014 e setembro de 2015 é demonstrado no Gráfico 01, em que se verifica certa estabilidade para este parâmetro.

Gráfico 1: Nível de Endividamento da População Paranaense entre setembro de 2014 e setembro de 2015.

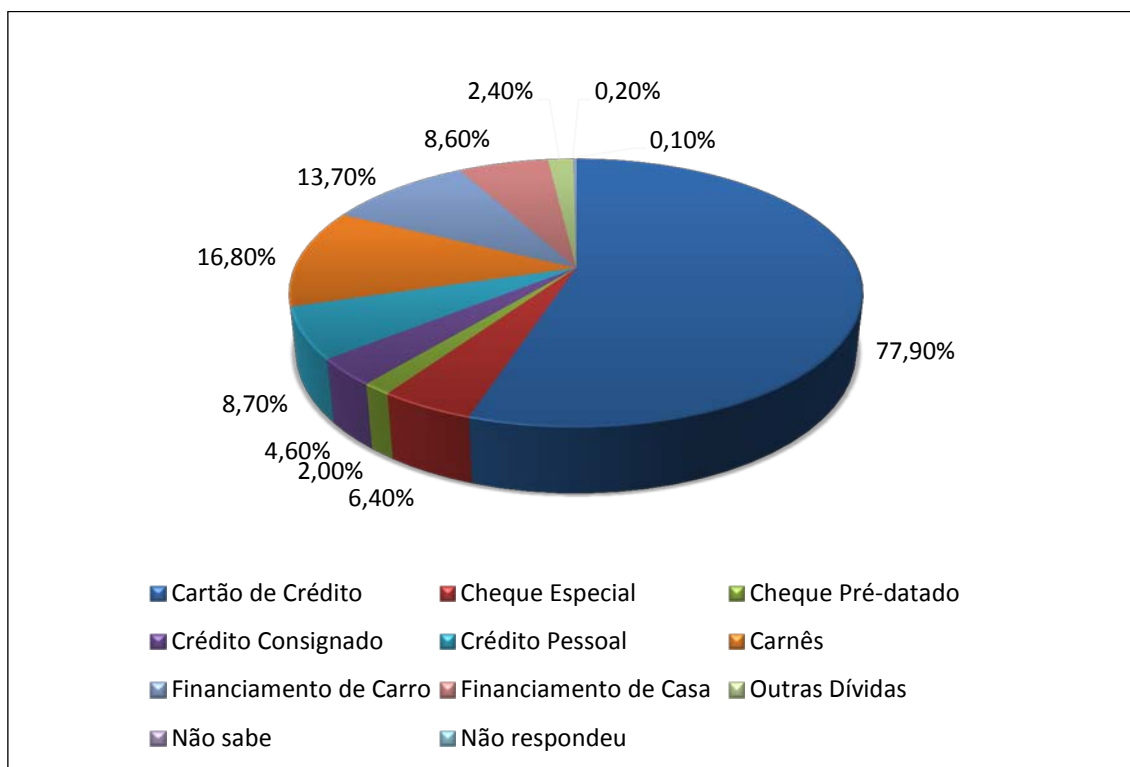


Fonte: Adaptado de FECOMÉRCIO (2015a).

O índice de endividamento, apesar de aparentemente estável, se mostra elevado. Para Donadio, Campanario e Rangel (2012), no Brasil este grau de endividamento demonstra que ampla parcela da população possui baixa alfabetização financeira, o que torna os indivíduos mais propensos ao endividamento. O endividamento da população brasileira tem batido recordes. Entre cartões de crédito, cheque especial, financiamento bancário, crédito consignado, empréstimos para compra de veículos e imóveis, a dívida das famílias, conforme os autores, atingiu R\$ 715,19 bilhões no final de 2011.

De acordo com o Fecomércio (2015b) na pesquisa sobre o Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC<sup>1</sup> no território nacional, os principais tipos de dívidas nacionais são:

Gráfico 2: Tipos de Dívidas Nacionais



Fonte: Adaptado de FECOMÉRCIO (2015).

É possível verificar que o cartão de crédito se mostra bastante representativo na pesquisa realizada no Estado do Paraná.

Ponto importante da pesquisa também é a demonstração de que cerca de 8% a 10% das pessoas entrevistadas estavam com dívida em decorrência de financiamento imobiliário, o que pode ser justificado pelo incremento do financiamento imobiliário que o Brasil passou nos últimos anos. Por outra ótica, não se pode negligenciar o aspecto positivo deste tipo de dívida, uma vez que sinaliza

<sup>1</sup> Os dados para Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional) são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18.000 consumidores.



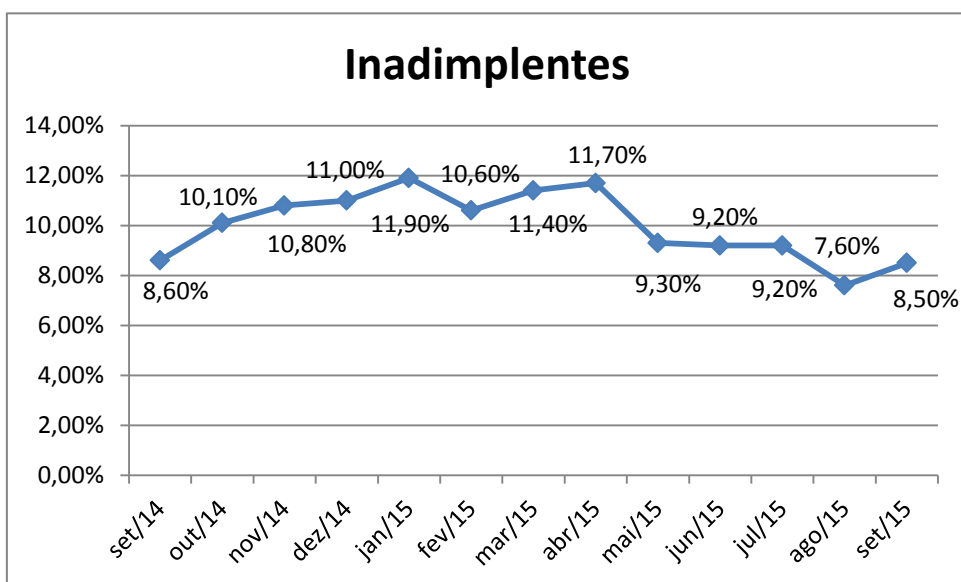
para a saída do aluguel, que corresponde a uma dívida sem nenhum retorno patrimonial.

## 1.2 UMA OUTRA CONSEQUÊNCIA DA CARÊNCIA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: A INADIMPLÊNCIA

Se no endividamento é possível verificar algum sentido benéfico em algumas situações, na inadimplência o mesmo não ocorre. O inadimplente não consegue honrar com os seus compromissos financeiros assumidos e, em decorrência disso, sofre diversos tipos de sanções, por exemplo, a inserção do seu cadastro em bancos de dados de restrição de financiamentos, a execução judicial e até mesmo a perda patrimonial.

O Gráfico 3 aponta a evolução da inadimplência no Paraná entre setembro de 2014 e setembro de 2015.

Gráfico 3: Nível de Inadimplência da População Paranaense entre setembro de 2014 e setembro de 2015



Fonte: Adaptado de FECOMÉRCIO (2015a).

O nível de inadimplência no Paraná se mostra inconstante, chegando ao nível máximo de 11,90% para o mês de janeiro de 2015 e ao seu nível mínimo, observado em agosto de 2015, de 7,60%. Interessante observar que o nível se

manteve alto e em elevação nos meses de novembro de 2014 e dezembro de 2014, momentos em que o décimo terceiro salário costuma “aliviar” as contas familiares.

Já a observância maior para o mês de janeiro é esperada, uma vez que é neste momento que os impostos anuais, como IPTU e IPVA, incidem na economia doméstica.

### **1.3 OS MOTIVOS QUE LEVAM AO ENDIVIDAMENTO E À INADIMPLÊNCIA**

De acordo com Cherobim e Espejo (2011), alguns fatores podem influenciar nas finanças pessoais, os quais podemos também apresentar como motivos para o endividamento da população e a possível inadimplência:

Os fatos econômicos normalmente influenciam nas nossas finanças pessoais. Inflação, taxas de juros, aumento na carga tributária, renovação ou não da CPMF, tudo influencia nas nossas finanças pessoais. Todo fato econômico, político e social tem impacto macroeconômico, ou seja, em toda a sociedade, e impacto microeconômico, ou seja, em determinados setores empresariais, em empresas específicas e nas nossas finanças pessoais (CHEROBIM; ESPEJO, 2011, p. 02).

O endividamento não é um comportamento verificado apenas no Brasil. No mundo todo ele vem se elevando (LUCENA et al., 2014). Vários motivos podem justificar este crescimento, tais como a falta de conhecimento e planejamento financeiros, motivações sociais e psicológicas do indivíduo – exploradas pelas finanças comportamentais –, por fatores externos, como queda na renda, problemas de saúde, etc., além da publicidade cada vez mais agressiva, que incentiva o consumo, gerando falsas necessidades (BORSATO et. al., 2009).

Costa Jr. et al. (2009) afirmam que, diante do consumo exagerado, muitas pessoas contraem dívidas, comprometendo grande parte de sua renda familiar, ficando endividados e tornando-se inadimplentes por não conseguir cumprir com os seus compromissos financeiros.

A questão do endividamento pode ser analisada sob dois aspectos: o primeiro é o modelo racional da economia clássica, que, de acordo com SIMON (1979), pressupõe que o tomador de decisão possui conhecimento absoluto de

todas as opções disponíveis de ação, pondera as opções e escolhe a melhor, de acordo com critérios e objetivos por ele determinados. O segundo aspecto, conforme Costa Jr. et al. (2009), é a área que pesquisa o comportamento do indivíduo, particularmente no processo de tomada de decisão, considerando que os indivíduos não agem sempre racionalmente e, muitas vezes, são influenciados por falhas cognitivas.

Num cenário em que o consumo se contrapõe muitas vezes aos valores éticos e morais, diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, a economia e as finanças comportamentais, vêm intensificando os seus estudos sobre o comportamento dos indivíduos em relação às decisões financeiras, no que tange às atitudes de comprar, vender, consumir, poupar e se endividar (MALLMANN et. al., 2009).

Em outra abordagem, as autoras sustentam que os principais conceitos da Moderna Teoria de Finanças estão fundamentados em premissas que partem da hipótese de que o investidor é racional, avesso ao risco e que utiliza a curva de utilidade para maximizar seu bem-estar (COSTA JR. et. al., 2009).

As autoras apresentam, no quadro abaixo, uma síntese das Teorias Modernas de Finanças:

Quadro 1: Principais Conceitos da Moderna Teoria de Finanças

<b>Teoria da Utilidade Esperada (TUE)</b>	A Moderna Teoria de Finanças determinou que a teoria da Utilidade Esperada fosse suficiente para expor o comportamento dos agentes econômicos. De acordo com essa teoria, os agentes respeitam uma série de premissas econômicas na tomada de decisões. Rogers, Favato e Securato (2007) apontam que dentro da TUE, o investidor é racional e avalia o risco conforme a mudança que o mesmo poderá propiciar em seu nível de riqueza. Dessa forma, o investidor conhece e organiza de forma lógica suas predileções, buscando maximizar a “utilidade” de suas escolhas, atribuindo, assim, com exatidão, probabilidades aos eventos futuros, quando estes estiverem subordinados a escolhas que envolvam incertezas e risco.
<b>A Moderna Teoria de Portfólio de Markowitz</b>	A moderna teoria do portfólio postula que todos os investimentos podem ser reduzidos ao binômio risco-retorno e que o risco é compensado pela diversificação. Para Haugen (2000), na moderna teoria do portfólio, o retorno esperado de um investimento é a média aritmética ponderada esperada de todos os retornos que compõem a carteira. E o risco da carteira pode ser representado pela dispersão de seus retornos em relação ao seu retorno esperado.
<b>A Hipótese de</b>	A HEM tem sido a hipótese central na área de finanças por quase 40 anos. Esta teoria fundamenta-se na teoria da utilidade esperada e nas

<b>Eficiência de Mercados de Capitais</b>	expectativas racionais. Essas duas proposições combinadas afirmam que os indivíduos/investidores são considerados racionais, conhecem e ordenam de forma lógica suas preferências, buscam maximizar a “utilidade” de suas escolhas e conseguem atribuir com precisão probabilidades aos eventos futuros, quando submetidos a escolhas que envolvam incertezas.
<b>Modelo de Precificação de Ativos de Capital – CAPM</b>	Segundo Haugen (1997), essa teoria baseia-se na maneira como as ações são precificadas em relação ao seu risco e se fundamenta no pressuposto de que todos os investidores empregam a teoria do Portfólio de Markowitz para encontrar portfólios na fronteira eficiente, dependendo da aversão ao risco individual. Dessa forma, todos os ativos deveriam estar dispostos sobre uma linha reta num gráfico, risco <i>versus</i> retorno, denominada como linha do mercado de títulos, a qual cruza o eixo Y no ponto chamado Risk Free, e este representa o retorno sobre um ativo livre de risco. E a linha que liga o Risk Free ao ponto Retorno da carteira de mercado ( $R_m$ ) x Coeficiente $\beta$ define a linha do mercado de títulos. O CAPM postula que as taxas de retorno em equilíbrio dos ativos de risco são uma função de suas covariâncias com a carteira de mercado.

Fonte: COSTA JR. et al. (2009).

De um lado, teremos as modernas teorias de finanças que defendem que o mundo é composto por indivíduos capazes de decidir exclusivamente de acordo com uma racionalidade ilimitada e metodologicamente estruturada, sendo os aspectos psicológicos desses indivíduos totalmente ignorados.

Do outro lado, conforme descreve Costa Jr. et al. (2009), teremos teorias que apontam que existem desvios desses modelos com frequência conforme pesquisadores Roseff e Kinney, Fama e French, e Costa.

Tversky e Kahneman (1979 apud Costa Jr. et al., 2009) identificaram várias situações em que o ser humano tomava decisões baseadas em vieses que os afastavam da racionalidade, o que contraria os pressupostos da teoria da racionalidade.

A teoria da Psicologia analisa o comportamento humano no processo de tomada de decisões financeiras há mais de um século. Conforme afirmam Costa Jr. et al. (2009), a psicologia cognitiva é parte integrante das teorias de finanças comportamentais<sup>2</sup> e concentra-se em estudar os processos da mente, ou seja, como as emoções e os fatores psicológicos podem influenciar em suas escolhas.

---

<sup>2</sup> Segundo Milanez (2001), as Finanças Comportamentais são um programa de pesquisa que vem ganhando crescente reconhecimento no mundo acadêmico e fora dele. Seu traço distintivo é a

Assim, verifica-se que as finanças pessoais estão além de uma simples abordagem matemática. Neste sentido, como sustentam Hofmann e Moro (2012, p. 9),

O senso comum, muitas vezes presente também na escola, considera que o conhecimento necessário para a educação financeira é o da matemática e, em especial, o da matemática financeira (porcentagem, juros simples e compostos etc.), reduzindo-a a uma questão meramente quantitativa e individual/familiar. A educação Matemática tem avançado na formulação de elementos conceituais e metodológicos que contribuem para a superação da dicotomia entre a matemática do cotidiano e a matemática escolar.

Extrai-se daí a importância para uma abordagem mais profunda da Educação Financeira e sua incorporação e contextualização no cenário escolar. A esse respeito, Saleh e Saleh (2013) dizem que a educação financeira deve propiciar o entendimento básico do sistema financeiro e, ainda, que o indivíduo reconheça as possibilidades e limites deste sistema, buscando as relações com os vértices envolvidos no consumo responsável. Nessa visão, a aplicação necessariamente se torna multidisciplinar, uma vez que várias áreas de conhecimentos estão envolvidas no contexto financeiro.

## 2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA E AS FINANÇAS PESSOAIS

A Educação Financeira pode ser aplicada para capacitar os indivíduos a fim de habilitá-los para lidar com suas Finanças Pessoais de modo que a conquista patrimonial dê lugar ao endividamento e, conseqüentemente, todas as conseqüências que ele proporciona. De acordo com Mette e Matos, (2014, p. 2),

O desenvolvimento de programas de alfabetização financeira ou educação financeira tem sido visto como alternativa de auxílio à tomada de decisão de um consumo consciente por parte da população [...] O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento, que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais.

Foi constatado que, em alguns países desenvolvidos, como Estados Unidos, Reino Unido e Japão, as ações de educação em finanças pessoais estão em estágio mais avançado do que em países do leste europeu e da América Latina, inclusive o Brasil (SAITO, 2007). Nessa direção, a Educação Financeira pode ser entendida como a aquisição de habilidades, conhecimentos e práticas necessárias para atingir o entendimento e o funcionamento de tarefas financeiras, inserindo nesse contexto noções de matemática voltada para finanças (JACOB et al., 2000).

Entende-se por finanças aquilo que está relacionado ao dinheiro, tanto no que concerne ao controle quanto de assuntos envolvidos com ele, por exemplo, empréstimos, cheques, créditos, orçamentos, seguro, investimentos, etc. (JACOB et al., 2000).

Para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2005), a Educação Financeira corresponde a um processo que visa à melhoria da compreensão dos indivíduos acerca dos produtos financeiros e seus conceitos e riscos, de modo que, a partir desse conhecimento, possa desenvolver habilidades e confiança necessárias para a tomada de decisões seguras, melhorando o bem-estar financeiro.

A Educação Financeira vai além do apontado pela OCDE, pois é capaz de estimular no indivíduo o desenvolvimento dos conhecimentos, aptidões e

habilidades adquiridas em um senso crítico, dotados de informações acerca dos serviços financeiros existentes, tornando-o preparado para administrar sua finança pessoal, o que evitaria que essa pessoa fosse conduzida pelas propagandas que acarretam em consumo desenfreado e, conseqüentemente, ao endividamento pessoal (AMADEU, 2009).

Segundo Greenspan (2002), a Educação Financeira pode agir na vida do indivíduo, auxiliando-o na elaboração de orçamentos, formulação de planos de poupança, na realização de investimentos, ou seja, na tomada de decisões que direcionem sua vida financeira. Além disso, um planejamento financeiro bem realizado pode auxiliar a família a cumprir com suas obrigações, tanto em curto como em longo prazo, permitindo, dessa maneira, maximizar seu bem-estar.

Os malefícios da administração ineficiente do dinheiro são descritos por Zerrenner (2007), ao realçar que essa prática pode deixar os consumidores mais vulneráveis a crises financeiras, o que, numa visão mais abrangente, acarreta no comprometimento das operações de mercado e das forças competitivas.

A importância da educação financeira não se restringe às pessoas que detêm maior quantidade de dinheiro, ou seja, não está direcionada somente às classes sociais mais favorecidas. É normal que as pessoas de classes sociais mais baixas tenham projetos de vida e o consumo também faça parte de seu cotidiano. Nesse sentido, a educação financeira serviria justamente para orientar essas pessoas, de forma a oferecer ferramentas que os capacitem a manejar melhor o dinheiro.

O cenário econômico por que o Brasil passou atravessou com a política de incentivo ao crédito, ocorrido entre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira gestão de Dilma Rousseff, intensifica a necessidade dos conhecimentos financeiros, uma vez que o aumento do crédito (imobiliário, educacional, automobilístico, etc.), impulsionado pela expansão do setor microfinanceiro, estimula demasiadamente o consumo. Além disso, observa-se uma gama de possibilidades no setor de investimentos, que, muitas vezes, confunde o indivíduo, o qual nem sempre acaba optando por aquele mais rentável e apropriado para atender seus anseios (SEBSTAD, COHEN; 2003).

Num contexto econômico mais amplo, a educação financeira se mostra benéfica para o próprio sistema, pois os educados financeiramente se planejam melhor, gerenciando eficientemente os seus recursos, diminuindo o endividamento e a inadimplência. Para os fornecedores de serviços financeiros, os usuários mais bem informados aplicam de forma mais eficiente seus recursos, gerando melhores resultados (AMADEU, 2009).

A falta do conhecimento financeiro leva o indivíduo a adotar estratégias desenvolvidas por tentativa e erro para gerir seu dinheiro. Isso acarreta um comportamento mais reativo do que proativo, o que pode determinar repercussões ruins quando há uma diminuição de seus ativos ou se estabelece uma previsão incerta acerca de seus rendimentos futuros e de fluxos de caixa (AMADEU, 2009).

Em outras palavras, pode-se afirmar que a carência de ensino financeiro para as pessoas as deixa despreparadas para organizar suas finanças. Diante disso, elas recorrem a métodos próprios ou “emprestados” de algum conhecido, esperando as flutuações do mercado para alterar ou adaptar seus microssistemas financeiros. Isso acaba sendo um modelo que adota um comportamento reativo, ou seja, reage àquilo que ocorre – o que escapa do ideal.

Assim, verifica-se que o objeto da educação financeira consiste em ofertar às pessoas o conhecimento acerca do dinheiro, bem como capacitá-las para utilizar a tecnologia disponível, promovendo a habilidade de gerenciamento de suas finanças próprias. Dessa maneira, a tomada de decisões em relação às finanças pessoais será mais bem planejada e o acesso aos negócios que envolvem o dinheiro, como orçamento, poupança, créditos, investimentos, etc., será mais facilitado (AMADEU, 2009).

## **2.1 PROPOSTAS DE CONTEÚDOS PARA UMA EDUCAÇÃO FINANCEIRA**

A forma de trabalhar a Educação Financeira ainda é objeto de discussão. Atualmente, verifica-se a tendência em utilizar de uma abordagem transversal nas disciplinas curriculares, para desenvolver o tema. No entanto, os conteúdos a serem ministrados para o desenvolvimento da habilidade financeira se mostram extensos, e sua oferta em forma de cursos extracurriculares já foi objeto de propostas.



Nesse sentido, é possível apontar o trabalho de Sebstad e Cohen (2003), que exemplificam eventuais tópicos a serem abordados numa disciplina de Educação Financeira, exposto no quadro a seguir.

Quadro 2: Exemplo de Tópicos de Educação Financeira

Princípios básicos de administração do dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliando sua situação financeira</li> <li>• Definindo metas financeiras</li> <li>• Distinção entre necessidades e desejos</li> <li>• Avaliando seu estilo financeiro</li> </ul>
Administrando o Fluxo de Caixa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fazer um Plano Financeiro</li> <li>• Desenvolver um orçamento</li> <li>• Gastar com inteligência</li> </ul>
Construir Ativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Habitação, terrenos, imóveis e outros ativos físicos</li> <li>• Investir em um negócio</li> <li>• Proteção de Ativos</li> </ul>
Lidar com os eventos do ciclo de vida	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Casamento</li> <li>• Formação do Patrimônio</li> <li>• Nascimento e educação dos filhos</li> <li>• Aposentadoria/velhice</li> <li>• Morte</li> </ul>
Interfaces com Instituições governamentais e não governamentais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura de uma conta poupança; definir metas de poupança; participantes em fundos</li> <li>• Contratação (e não a contração) de empréstimos; riscos associados a empréstimos dinheiro; comparando empréstimo termos e condições</li> </ul>
Lidar com desafios especiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doença de membros da família</li> <li>• Morte de membros da família</li> <li>• Ajudar a outras famílias</li> <li>• Divórcio</li> <li>• Perda de emprego</li> <li>• Catástrofes naturais/calamidades</li> </ul>
Processos decisórios financeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decisões conjuntas</li> <li>• Decisões independentes</li> </ul>
Planejamento para o futuro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos</li> <li>• Velhice/Aposentadoria</li> <li>• Morte</li> </ul>
Ganhar Dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinheiro fazendo ideias</li> <li>• Procurando emprego (trabalho assalariado)</li> <li>• Iniciar e gerir o seu próprio negócio</li> <li>• Planejamento de Carreira</li> </ul>

Fonte: Sebstad e Cohen (2003).

Negri (2010) propôs uma grade curricular para o ensino da educação financeira, utilizando os Tempos Didáticos, na forma de curso livre voltado para jovens de 14 a 18 anos do Ensino Médio, no qual os conteúdos visam construir o conhecimento do aluno por meio de questionamentos e reflexões de situações-problema previamente delineadas. A autora propõe a elaboração do curso em cima de cinco pilares:

- I Educação Financeira e a Cidadania
- II Educação Financeira e o Trabalho
- III Educação Financeira e Cultura
- IV Educação Financeira e Tecnologia
- V Educação Financeira e Comunicação.

Em pesquisa realizada no município de Ivoti, no Rio Grande do Sul, mais precisamente no Instituto de Educação Ivoti, foi realizada uma abordagem interdisciplinar ao aplicar o Projeto de Educação Financeira. Referido estabelecimento de ensino faz parte da Rede Sinodal de Educação, que, por sua vez, está ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (STEPHANI, 2005).

A instituição oferta o ensino da educação financeira, através da atuação de professores de Matemática, Ética, História, Geografia e Informática, que ministram suas aulas para alunos do ensino médio, em turno distinto das aulas regulares. A participação dos alunos é voluntária. Os conteúdos abordados no projeto são:

[...] contextualização histórica da economia brasileira, linguagem comercial, matemática financeira (juros e porcentagem), legislação econômica, aplicações financeiras. Outros focos bem claros são poupança, produtos bancários (seguros, cartões, cheque especial etc.), orçamento familiar, aposentadoria, planos de previdência, responsabilidade econômica e social, ética na economia, expectativa e qualidade de vida, emprego, qualificação profissional, funcionamento de instituições financeiras, inflação e outros assuntos que possam aparecer do interesse dos alunos (STEPHANI, 2005, p. 37).

A pesquisa de Stephani (2005) conclui que o Projeto de Educação Financeira é capaz de auxiliar na construção da autonomia do aluno, no desenvolvimento da análise crítica e ainda na “troca de alguns de seus paradigmas

em relação ao consumo e ao planejamento de seus gastos e de sua vida profissional futura” (STEPHANI, 2005, p. 65).

## 2.2 ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (ENEF)

No dia 22 de dezembro de 2010, por meio do Decreto nº 7.397, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) foi instituída, através de uma mobilização multissetorial, tendo como finalidade promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores.

A ENEF trata a educação financeira como assunto transversal incorporando Situações Didáticas que dialogam com várias áreas do conhecimento e utilizam como pontos iniciais situações do dia a dia relevantes para os estudantes e para a sociedade. Organiza seus objetivos, competências e conceitos do seguinte modo:

Quadro 3: Os objetivos, competências e conceitos relacionados à ENEF

<b>Objetivo</b>	<b>Competência</b>	<b>Conceitos</b>
1. Formar para cidadania (DE)	1. Exercer direitos e deveres de forma ética e responsável	Cidadania Consumo responsável (consciente e sustentável)
2. Educar para o consumo e a poupança (DE)	2. Tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis 3. Aplicar compreensão de receitas e despesas na manutenção do balanço financeiro 4. Harmonizar desejos e necessidades, refletindo sobre os próprios hábitos de consumo e poupança 5. Valer-se do sistema financeiro formal para a utilização de serviços e produtos financeiros	Receitas e despesas/orçamento Reservas (poupança) e investimento Crédito
3. Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude (DE)	6. Avaliar ofertas e tomar decisões financeiras autônomas de acordo com as reais necessidades	Autonomia

4. Formar disseminadores e/ou multiplicadores em EF (DE)	7. Atuar como disseminador dos conhecimentos e práticas de EF	Disseminação e/ou multiplicação
5. Desenvolver a cultura da prevenção e proteção (DT)	8. Valer-se de mecanismos de prevenção e proteção de curto, médio e longo prazos	Prevenção Proteção
6. Instrumentalizar para planejar em curto, médio e longo prazos (DT)	9. Elaborar planejamento financeiro no curto, médio e longo prazos	Planejamento
7. Proporcionar a possibilidade de melhoria da própria situação (DT)	10. Analisar alternativas para superar dificuldades econômicas	Mudança de condições de vida

Fonte: ENEF (2015).

DE: Dimensão Espacial; DT: Dimensão Temporal.

O conteúdo programático da Educação Financeira proposto pela ENEF foi construído através da leitura dos três livros didáticos disponíveis em sítio eletrônico, em especial aqueles direcionados para o trabalho docente. A ENEF organiza a Educação Financeira em três blocos. O primeiro bloco possui aspecto individual de curto prazo e aborda os temas: vida familiar cotidiana, vida social e bens pessoais; o bloco dois, também de âmbito individual, porém para médio e longo prazo, aborda os temas: trabalho, empreendedorismo e grandes projetos; o terceiro e último bloco, de âmbito social, aborda os temas bens públicos, economia do país e economia do mundo (Quadro 2) (CONEF, 2013a).

Cada tema proposto é trabalhado por intermédio de sete situações didáticas que inserem o aluno no contexto abordado, fazendo com que aprofunde seus conhecimentos. Inviável a menção de todas as situações didáticas aqui, porém, para exemplificar que elas estão relacionadas ao cotidiano da vida do aluno, bem como ao conteúdo abordado, será citado o título de algumas, tais como: supermercado, reparo na casa, trabalhados no tema 01; e vai rolar a festa, comprando um presente, inseridos no tema 02; no tema 03, temos em busca do tênis perfeito, computador, câmera digital, celular; já o tema 04 coloca os temas primeiro emprego, vaca magra e vaca gorda, o incrível caso do décimo terceiro que sumiu; No tema 05, encontram-se as situações didáticas uma grande ideia, profissão: empreendedor, mãos à obra; as situações didáticas tijolo por tijolo, no seu cantinho, um carro para chamar de seu, todo dia ela fala a mesma coisa estão inseridos no tema 06 – Grandes Projetos; o tema 07 contempla situações didáticas,

como orçamento escolar, espaço público, serviços públicos e corrupto, eu? Já o tema 08 possui as situações didáticas falando “economês”, mercado, previdência, etc. Por fim, o tema 09 expõe situações didáticas, como negócio da China, organismos internacionais e momento de crise: e eu com isso? (CONEF, 2013a; CONEF, 2013b; CONEF, 2013c).

Além das citadas acima, cada bloco é iniciado pela situação didática “o que você já sabe” e finalizada pela situação didática “sonho planejado” (CONEF, 2013a).

Quadro 4: Conteúdo Programático – Educação Financeira segundo ENEF

Bloco 01 Âmbito Individual (Situações de Curto Prazo)	Tema 1 Vida familiar cotidiana Tema 2 Vida social Tema 3 Bens pessoais
Bloco 02 Âmbito Individual (Situações de médio e longo prazo)	Tema 4 Trabalho Tema 5 Empreendedorismo Tema 6 Grandes projetos
Bloco 03 Âmbito Social	Tema 7 Bens públicos Tema 8 Economia do país Tema 9 Economia do mundo

Fonte: ENEF (2015).

No primeiro bloco são trabalhados três temas que buscam demonstrar ao aluno situações particulares que ocorrem rotineiramente, e não exigem grandes planejamentos. O primeiro tema, vida familiar e cotidiana, aborda circunstâncias financeiras cotidianas da vida familiar, já introduzindo a necessidade de realizar anotações sobre despesas, fazer orçamentos, etc. O tema vida social lida com situações em que o aluno e seus colegas necessitam tomar decisões financeiras, por isso trabalha com situações-problema que propõem ações coletivas, por exemplo, planejar uma festa ou realizar um acampamento. Para finalizar o bloco 1, é inserido o tema bens pessoais, que apresenta ao aluno a necessidade de planejar para adquirir bens pessoais. Como nesta idade o interesse recai sobre objetos eletrônicos, como celulares, computadores, etc., ou vestuário e tênis, o terceiro tema é abordado por situações-problema que levam o nome de objetos almejados pelos alunos – celular, computador, em busca do tênis perfeito, câmera digital (CONEF, 2013a).

No bloco 02 também são abordadas questões financeiras de âmbito individual, porém vislumbrando cenários que exigem quantia maior de dinheiro e, por isso, maior planejamento. Os temas trabalhados são trabalho, empreendedorismo e grandes projetos. Enquanto os dois primeiros temas do bloco esclarecem acerca de modos de trabalho e como conseguir recursos financeiros, o último demonstra a importância do planejamento para realizar conquistas maiores, como aquisição de um automóvel ou de um imóvel residencial (CONEF, 2013b).

O terceiro e último bloco expõe o assunto financeiro em plano social, abordando e explicando a economia mundial e suas implicações na economia nacional, bem como esclarecendo os serviços públicos e a importância dos tributos para sua manutenção. Ainda no âmbito dos bens públicos, é demonstrada a nocividade da corrupção e da sonegação (CONEF, 2013c).

Verifica-se, assim, que o Brasil está empenhado em propagar a Educação Financeira, com a elaboração de documentos que norteiam a prática nas escolas. Entretanto, o nível de conhecimento acerca de finanças da população brasileira ainda está muito aquém quando comparado a vários países do mundo. Assim, verificar a prática desses países em relação à educação financeira permite um maior desenvolvimento de nossas políticas, ao permitir adotar modelos que prosperaram e evitar aqueles ineficientes, adequando-os à realidade brasileira.

### **2.3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM OUTROS PAÍSES.**

O nível de Educação Financeira do Brasil se mostra inferior ao de diversos países do Mundo, inclusive alguns dos mais pobres, como Madagascar, Togo e Zimbábue. Em pesquisa realizada pela *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey*, na qual mensura o nível de conhecimento da população acerca da Educação Financeira, por meio de um questionário que avaliava quatro conceitos básicos das finanças – aritmética, diversificação de risco, inflação e juros compostos –, apontou que, numa análise que envolve 144 países, o Brasil ocupa apenas a 74ª posição, com apenas 35% dos entrevistados acertando três das quatro áreas de conhecimentos mensurada (YASBEK, 2015).

Os países que se saíram melhor na pesquisa foram Noruega, Dinamarca e Suécia, nas primeiras posições. O Reino Unido figurou na 6ª posição, enquanto os Estados Unidos ficaram com a 14ª posição (YASBEK, 2015).

Referida constatação impõe, desde já, uma clara diferença entre o Brasil e os países que lideram o *ranking*, no que tange ao trato da Educação Financeira, apontando que naqueles países ela já deve estar mais bem desenvolvida.

Nos Estados Unidos, a educação financeira está presente em uma grande quantidade de regiões, sendo obrigatória nas escolas secundárias e presente no sistema oficial de ensino. Nesse país, a educação financeira visa preparar o jovem para a vida adulta. Segundo Muniz Jr. (2013, p. 1), “Nos Estados Unidos, Reino Unido e Japão, as ações de educação em finanças pessoais estão em estágio mais avançado do que em países do leste europeu e da América Latina, inclusive o Brasil”.

No Japão, a Educação Financeira é promovida pelo órgão que protege o consumidor. Este, por sua vez, realiza diversas ações com intuito de propagar o conhecimento financeiro para a população. Contudo, não há nesse país a previsão da abordagem da Educação Financeira no ensino regular. O Órgão de Defesa ao Consumidor também é atuante em Portugal e responde pela promoção da educação financeira, bem como pela elaboração de materiais didáticos-pedagógicos que auxiliam os professores e alunos a compreenderem o assunto (MATTA, 2007).

Além disso, instituições financeiras atuam de forma significativa na propagação do conhecimento acerca de finanças. A *Federal Reserve* (FED) atua no levantamento de dados que quantificam a eficiência dos programas de Educação Financeira aplicados no território estadunidense. Já a *Board of Governors* mantém em seu sítio eletrônico conceitos referentes à economia e serviços bancários e ainda *links* que direcionam para páginas *web* relacionadas à educação Financeira. Há também uma entidade sem fins lucrativos denominada de *National Endowment for Financial Education* (NEFE), que auxilia a população acerca de finanças pessoais (FOX; HOFFMANN; WELCH, 2004).

Na Inglaterra, a Educação Financeira está difundida em outras disciplinas, como Educação Moral e Cívica e Matemática, que abordam conteúdos inerentes às finanças. Não há, nesse país, uma disciplina de Educação Financeira, conforme

ocorre nos Estados Unidos, porém a formação é suprida pela inserção do conteúdo em outras disciplinas (MATTA, 2007).

A Espanha desenvolve a Educação Financeira com abordagem por outras disciplinas que oportunizam o desenvolvimento do tema, sem a necessidade de criar uma nova matéria (HOLZMANN, MIRALLES, 2005).

Na Austrália, foi criada, em 2005, a Financial Literacy Foundation, que visa capacitar seus habitantes acerca das finanças, permitindo maior compreensão da complexidade do mercado, melhor gerenciamento dos recursos financeiros, além de se beneficiar da forte concorrência imposta pelo mercado (FINANCIAL LITERACY FOUNDATION, 2007).

O que se verifica é que há um incentivo crescente de ordem mundial que estimula a prática da Educação Financeira, com a inclusão desta no currículo escolar, seja como nova disciplina, seja como tema a ser trabalhado por outras disciplinas já presentes no currículo.

No Brasil, observa-se um movimento similar, talvez não com a mesma emergência empregada em outras nações. Ainda assim, é notório que a ENEF vem proporcionando materiais interessantes e que podem ser empregados nas escolas, com a expectativa de gerar resultados satisfatórios.

## **2.4 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL**

A Abordagem da Educação Financeira no Brasil pôde ser realizada de uma forma mais sistematizada, com a inclusão de alguns preceitos legais que normatizam a área da educação de uma forma mais abrangente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu Artigo 22, preconiza que a finalidade da educação básica é “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

Ainda segundo a LDB, a Educação Básica é obrigatória e gratuita, compreende três estágios de formação: ensino infantil, com duração mínima de 02



(dois) anos; Ensino Fundamental, com duração de 09 (anos); e ensino médio, com duração de 03 (três) anos (BRASIL, 1996).

Nesse mesmo sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do Ensino Médio preconizam que a educação deve estar empenhada em proporcionar meios para que os alunos desenvolvam habilidades importantes, tendo em vista a globalização e o avanço das tecnologias da informação. Assim, a educação deve estar voltada para o desenvolvimento de certas capacidades, tais como: “de resolver problemas, de tomar decisões, de fazer inferências, de criar, de aperfeiçoar conhecimentos e valores, de trabalhar cooperativamente” (BRASIL, 2000, p. 40).

Verifica-se aqui a importância do termo *tomar decisões* que foi discutido quando referenciada a importância da Educação Financeira. Todavia, é importante e salutar que a tomada de decisões esteja intimamente relacionada ao grau de autonomia. O indivíduo precisa gozar de autonomia para tomar as decisões que melhor se aplicam à sua vida. Assim, para o PCN do Ensino Fundamental, a autonomia

Refere-se à capacidade de saber fazer escolhas e de posicionar-se, elaborar projetos pessoais e participar enunciativa e cooperativamente de projetos coletivos, ter discernimento, organizar-se em função de metas eleitas, governar-se, participar da gestão de ações coletivas, estabelecer critérios e eleger princípios éticos etc. Isto é, a autonomia fala de uma relação emancipada, íntegra com as diferentes dimensões da vida, o que envolve aspectos intelectuais, morais, afetivos e sociopolíticos (BRASIL, 1998a, p. 89).

Importante observar que a autonomia está relacionada ao consumo responsável, à tomada de decisões, aos resultados das escolhas, etc. Assim, ao se buscar desenvolver a autonomia do indivíduo, a contextualização da Educação Financeira se mostra bastante proveitosa. Considerando, portanto, que a autonomia é desenvolvida durante o Ensino Fundamental, é salutar que a Educação Financeira também seja inserida nesse mesmo contexto.

Apesar de ser notória a evolução do Brasil na educação, o índice de permanência nas escolas é ainda considerado baixo – cerca de 7,7 anos – e não é suficiente para suprir o Ensino Fundamental. Assim, tendo em vista a relevância da Educação Financeira para a formação do indivíduo e conseqüentemente para a sua função no cenário produtivo e econômico do país, a inserção deste tema, apenas no

Ensino Médio, significaria suprimi-lo de uma parcela significativa da população brasileira (BRASIL, 2014).

O PCN do Ensino Fundamental na disciplina de Matemática cita uma parte da educação financeira, ao prever que,

Para compreender, avaliar e decidir sobre algumas situações da vida cotidiana, como qual a melhor forma de pagar uma compra, de escolher um financiamento etc. é necessário trabalhar situações-problema sobre a Matemática Comercial e Financeira, como calcular juros simples e compostos e dividir em partes proporcionais [...] (BRASIL, 1998b, p. 86).

Obviamente que esse pequeno trecho citado não abrange toda a dinâmica e complexidade que envolve a Educação Financeira, porém começa a indicar que ela está inserida no cenário educativo do país.

Como já abordado, a Educação Financeira, por possuir caráter multidisciplinar, pode ser tratada de forma transversal, ou seja, de forma sistematizada por diversas disciplinas ao mesmo tempo.

Os PCN do Ensino Fundamental definem seis temas que devem ser trabalhados de forma transversal: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, e Trabalho e Consumo. Dos citados, talvez o mais envolvido com a educação financeira seja o tema “Trabalho e Consumo”, pois prevê que o aluno deve aprender a comparar preços, a acompanhar a soma de uma compra na loja ou mercado, a conferir o troco, a se atentar às vantagens e desvantagens do sistema, bem como a ter noções acerca dos direitos dos consumidores: Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON. Entretanto, o tema meio ambiente e ética também alcançam o campo das finanças.

Contudo, a relevância da Educação Financeira no Brasil começou a tomar mais forma em 2007, quando teve início o estudo sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) pelo com o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros e de Capitais, de Seguros e de Previdência e Capitalização (COREMEC), formado pelos quatro reguladores do Sistema Financeiro Nacional:

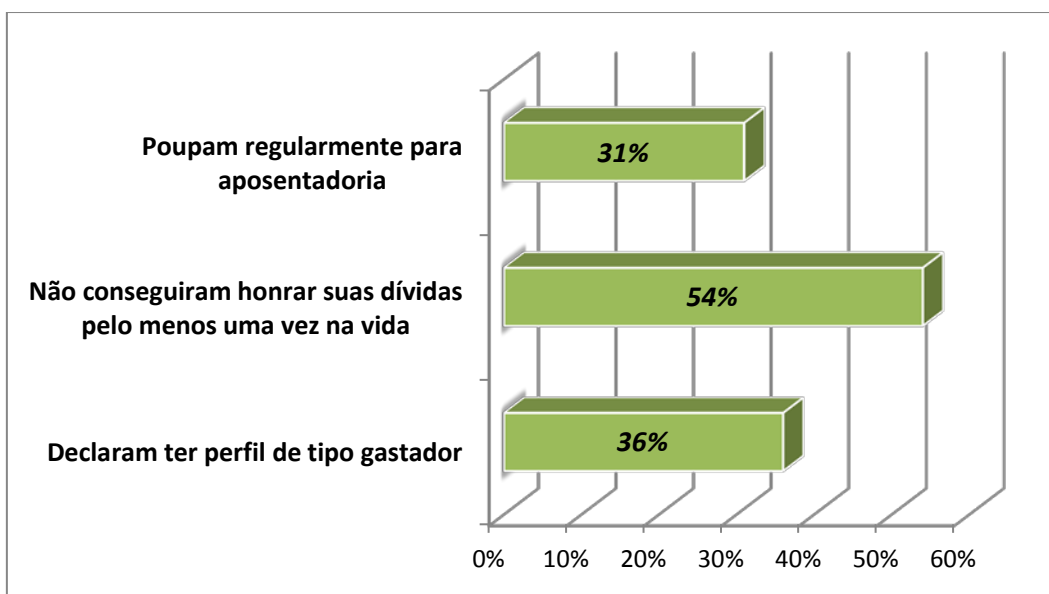
- Banco Central do Brasil (BCB);
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC);

- Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Em 2008, o grupo do COREMEC, com o apoio da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa), promoveu uma pesquisa de âmbito nacional com o objetivo de mensurar o grau de educação financeira da população brasileira. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Data Popular e ouviu 1809 pessoas em seis capitais do país: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e Recife, abrangendo diferentes perfis de renda e graus de escolaridade.

No final da pesquisa, concluiu-se que o nível de educação financeira da população brasileira ainda é bastante baixo, apontamento este respaldado pelos resultados verificados, os quais se destacam:

Gráfico 4: Resultados da pesquisa realizada pelo COREMEC



Fonte: COREMEC (2008).

Com base no resultado da pesquisa, o COREMEC elaborou o documento intitulado “Orientação para Educação Financeira nas Escolas”, acreditando que as escolas podem contribuir de forma significativa, educando os alunos financeiramente, e eles, por sua vez, levariam esse conhecimento para a sua família, como efeito multiplicador, sendo este um objetivo secundário do projeto.

Nesse documento foi utilizado o conceito de Educação Financeira adotado pela OCDE em 2005:

A educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda, adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (CONEF, 2009, p. 20).

A OCDE é um fórum em que os governos de 34 países trabalham em conjunto para procurar soluções para problemas comuns, partilhar experiências e identificar as melhores práticas para promover as melhores políticas para uma vida melhor. O Brasil é um dos principais parceiros da OCDE, juntamente com a China, Índia, Indonésia e África do Sul.

No que diz respeito à incorporação da Educação Financeira na vida dos alunos, a OCDE recomenda a introdução dessa educação aconteça o mais cedo possível, preferencialmente por meio da inclusão da disciplina no currículo escolar.

No período de 2010 a 2011 foi aplicado um projeto-piloto de Educação Financeira em 868 escolas públicas de Ensino Médio de seis unidades de federação, com cerca de 20.000 estudantes, por um período de 17 meses. De acordo com o artigo “Trabalho e Pesquisa Política”, de 2013, o currículo utilizado no projeto-piloto, do Ensino Médio, foi elaborado por psicólogos e sociólogos da educação no Brasil (ENEF, 2015).

O projeto-piloto incorporou a Educação Financeira na grade curricular das disciplinas de Matemática, Português, Ciências, Geografia e História, pois, de acordo com Bruhn et al. (2013), optou-se por não criar uma nova disciplina, após análise do impacto sobre o tempo de trabalho do estudante e do professor.

O projeto trabalhou com dois grupos: um de tratamento e um de controle. Antes de iniciar o programa, os estudantes realizaram um teste para verificar o índice de proficiência financeira; a pontuação média dos grupos de controle e tratamento foi de 50.

Após a realização do projeto foi feita uma nova pesquisa com os alunos, demonstrando que a proficiência financeira era significativamente mais alta no grupo de tratamento (60) do que no grupo de controle (56) e o conhecimento autorrelatado

sobre taxas de juros, empréstimos e financiamentos, seguros, imposto de renda e pagamentos mínimos de faturas de cartão de crédito era mais de 10% maior no grupo de tratamento do que no grupo de controle.

A pesquisa se debruçou também sobre as atitudes e comportamento dos estudantes. Nessa análise também apareceram diferenças entre os grupos, a autonomia financeira cresceu dois pontos no grupo de tratamento, em comparação à pontuação de 49 pontos do grupo de controle.

Os resultados desse projeto-piloto foram apresentados em 2012 pelo documento: “Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira, com o objetivo de oferecer um guia sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira”. Ele é parte do estudo “Advancing National Strategies for Financial Education”, publicado pela OCDE.

### 3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ESTADO DO PARANÁ

Ao analisar a educação financeira nas legislações paranaenses que regulamentam o Ensino Fundamental, foi considerada, principalmente, a proposta curricular apresentada pela ENEF e sua sugestão pedagógica.

O Ensino Fundamental II, que constitui os anos finais do ensino fundamental – do 6º ao 9º ano –, está orientado no Estado do Paraná pela Resolução nº 07/2010 CNE/CEB e ainda pelas Deliberações nº 02/2007 e 03/2006 do Conselho Estadual de Educação.

A análise desses documentos aponta que o Ensino Fundamental II deve ser a etapa capaz de

[...] assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais (MEC, 2010, p. 01).

Os componentes curriculares tidos como obrigatórios para o Ensino Fundamental estão descritos no Artigo 15 da Resolução nº 07/2010 CNE/CEB e compreendem: Linguagens, abrangendo língua portuguesa, língua materna (indígena, se for o caso), língua estrangeira moderna (comumente o inglês ou o espanhol), arte e educação física; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas, contempladas pela História e Geografia; e Ensino Religioso, que é considerado facultativo, conforme o § 6º do referido artigo.

A Deliberação nº 03/2006 do Conselho Estadual de Educação define que o Ensino Fundamental I desenvolverá o máximo possível os processos de aprendizagem da Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física e Ensino Religioso, enquanto o Ensino Fundamental II corresponderia à continuidade desse desenvolvimento, com uma abordagem mais específica.

Temos, portanto, descritas as disciplinas que são abordadas no Ensino Fundamental II, destacando o caráter optativo do Ensino Religioso e reforçando a existência da disciplina Língua Estrangeira Moderna.

### **3.1 ANÁLISE DAS DIRETRIZES BÁSICAS DO ENSINO DO PARANÁ**

A análise dos documentos oficiais norteadores do Ensino Básico no estado do Paraná foi realizada, primeiramente, com as diretrizes básicas de cada disciplina, procurando verificar os conteúdos básicos relacionados com a Educação Financeira.

Foi realizada a análise individualizada das diretrizes curriculares de cada disciplina, verificando, principalmente, os conteúdos básicos abordados nas séries finais do Ensino Fundamental e sua correspondência com a abordagem financeira, considerando o programa disciplinar desenvolvido pelo ENEF.

Analisando as diretrizes das disciplinas de Português, Língua Estrangeira Moderna, Ciências, Educação Física e Ensino Religioso, não foram observados conteúdos que possuam ligação técnica direta com a educação financeira.

Nesse ponto é importante esclarecer que foram analisados os conteúdos e verificados se eles possuíam algum campo de aplicação direto com os blocos temáticos expostos pelo ENEF, na defesa da abordagem programática para a Educação Financeira. Aplicação direta, pois é perceptível que qualquer área de conhecimento necessitará, mesmo que indiretamente, do conteúdo programático da língua portuguesa, uma vez que ela proporciona a capacidade de interpretação.

Ainda de forma indireta, ao estudar as fontes de energia em ciências, pode-se vislumbrar a primeira base para conhecer as energias renováveis, a sustentabilidade, assuntos estes de interesse financeiro. Porém, por constarem de forma indireta, não foram consideradas na presente pesquisa.

A seguir, serão expostos os conteúdos vislumbrados nas diretrizes curriculares que demonstram afinidade direta com a Educação Financeira, para as disciplinas de História, Geografia e Matemática.

#### **3.1.1 Geografia**

O objeto de estudo da Geografia exposto nas Diretrizes Básicas é o espaço geográfico, que é compreendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade, composto pela relação interna entre sistemas de objetos – naturais,

culturais e técnicos – e sistemas de ações – relações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Assim, estão expostos quatro conteúdos estruturantes para esta disciplina: Dimensão econômica do espaço geográfico; Dimensão política do espaço geográfico; Dimensão socioambiental do espaço geográfico; e Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.

A Dimensão econômica do espaço geográfico aborda a apropriação do meio natural pela sociedade, que se utiliza das relações sociais ou do trabalho a fim de obter e confeccionar objetos técnicos que comporão a rede de produção e circulação de mercadorias. A Dimensão política do espaço geográfico está ligada ao conceito de território e as relações de poder que envolvem esses territórios.

A Dimensão socioambiental do espaço geográfico aborda as questões naturais, buscando entender o ambiente pelos aspectos sociais e econômicos. Por fim, a Dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico estuda o espaço geográfico sob a ótica das relações culturais, relacionando, ainda, com a constituição, distribuição e mobilidade demográfica.

Busca-se nos anos finais do Ensino Fundamental que os alunos compreendam as relações entre as dimensões econômica, cultural, política e socioambiental, para que estejam capacitados a analisar os fenômenos geográficos e relacioná-los entre si.

Verifica-se que a Geografia, ao realizar a abordagem econômica e política, bem como relacionar as diversas dimensões (econômica, cultural, política e socioambiental), pode buscar um enfoque do sistema financeiro, que transita por todas essas dimensões.

Desde modo, foram evidenciados alguns conteúdos básicos não elencados na disciplina de Geografia, que possuem, de algum modo, relação com um dos temas propostos pela ENEF para efetivação da Educação Financeira.

No sexto ano do ensino fundamental foram verificados os conteúdos básicos: “Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção”, “A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais”, “A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico”, que apresentam relação com os temas 04



(Trabalho), 08 (Economia do País) e 09 (Economia no Mundo), uma vez que, aparentemente, exploram situações de trabalho exercido pelo homem e que atuam sobre o ambiente, trazendo para si algum tipo de rentabilidade. Ainda no sexto ano, foi selecionado o conteúdo básico “As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista”, que podem estar inseridos nos Temas 08 e 09, uma vez que esclarecem a ligação entre os setores primários e terciários e sua contextualização no sistema econômico em que vivemos.

Para o sétimo ano, vislumbram-se conteúdos básicos que se relacionam com os temas 08 (Economia do País) e 09 (Economia Mundial), uma vez que auxiliam no entendimento do meio de produção, urbanização e a circulação das mercadorias/mão-de-obra. Os conteúdos básicos selecionados foram:

- ✓ a dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção;
- ✓ a formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização;
- ✓ a distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico;
- ✓ a circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.

No oitavo ano, verificam-se três conteúdos básicos já relacionados em anos anteriores: “A circulação da mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações”, “A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico” e “As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista”. Isso denota o caráter abrangente dos conteúdos programáticos. Ainda no oitavo ano, verifica-se o conteúdo “O comércio em suas implicações socioespaciais”, que se relaciona com o Tema 09, uma vez que aborda aspecto da economia mundial.

Novamente no nono ano vislumbram-se três conteúdos básicos já selecionados em anos anteriores: “O comércio mundial e as implicações socioespaciais”, “A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico” e “A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção”. O conteúdo inédito selecionado nesta etapa de ensino foi “O espaço em rede: produção,

transporte e comunicações na atual configuração territorial”, que pode abordar assuntos pertinentes à economia nacional e mundial.

A Geografia não proporciona, por si só, todo o conteúdo necessário para sanar todos os conhecimentos inerentes à Educação Financeira, ou seja, esta disciplina não é capaz de habilitar o aluno para organizar e zelar pelas suas finanças pessoais. Em outras palavras, os conteúdos abordados pela disciplina no Ensino Fundamental II não suprem todas as temáticas ou ao menos permeiam todos os temas propostos pela ENEF. No entanto, pela análise dos conteúdos básicos, foi possível verificar que a disciplina permeia a temática economia mundial, trabalho e economia nacional.

Realizando um paralelo com os conteúdos disciplinados para Educação Financeira pela ENEF, apresentados no Quadro 04 deste trabalho, verifica-se que os conteúdos apresentados pela Geografia transitam por dois dos três blocos, sendo que no Bloco 03 teremos dois temas bastante referenciados: Economia do País e Economia do Mundo. O tema-trabalho do Bloco 02 possui uma abordagem mais introdutória e ampla, sem aprofundar a individualidade que a Educação Financeira necessita, ou seja, deixa de abordar as questões pessoais do trabalho, tais como salário, benefícios, etc.

Constata-se ainda que há uma repetição do conteúdo “A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico” nos anos finais do Ensino Fundamental, demonstrando que se trata de um conteúdo abrangente, que certamente deve possuir outros subconteúdos, não descritos nas diretrizes.

Tudo isso aponta para a necessidade de explorar algum documento norteador que seja mais específico e rico em detalhes, sobretudo quanto aos conteúdos abordados no ensino regular. Assim, no próximo subtópico deste trabalho serão descritos os temas abordados por disciplina que constam no Caderno de Expectativas.

### 3.1.2 História

O ensino de História objetiva proporcionar o pensamento crítico no aluno acerca dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da humanidade, além de relacionar o próprio ensino da História, com uma das formas de produção do conhecimento histórico.

A disciplina de História na educação básica do Estado do Paraná está pautada em três conteúdos estruturantes principais: Relações de trabalho; Relações de poder; e Relações culturais.

As relações de trabalho estão circunscritas na interação que os homens realizam entre si ou com natureza, tanto no que tange à produção material, como aquela que leva à produção simbólica. As relações de poder são estudadas nos cenários políticos, culturais e de trabalho, apesar de ser mais evidenciada no ambiente político. Busca-se entender, portanto, como funcionam as relações sociais e ideológicas entre aqueles que exercem o poder e aqueles que se submetem a esse poder.

As relações culturais são bem mais complexas, em decorrência, principalmente, do conceito polissêmico de cultura. Adota-se como definição de cultura aquela que permite conhecer os conjuntos de significados que os homens conferiram à sua realidade para explicar a si e ao mundo. É justamente a complexidade das relações culturais que permite aos historiadores conferirem visões distintas acerca do mesmo fato ou do momento histórico narrado.

Os conteúdos propostos nas diretrizes se alinham à opção política e teórico-metodológica que visam romper com a narrativa histórica tradicional, que subdivide a História em quatro períodos: Antigo, Medieval, Moderno e Contemporâneo, como se fossem estanques.

Observando os conteúdos básicos propostos e sua relação com a Educação Financeira, nos parâmetros curriculares propostos pelo ENEF, foi verificado que o 6º Ano do Ensino Fundamental II não possui nenhuma temática que estabeleça essa afinidade almejada.

Para o sétimo ano, foram elencados quatro conteúdos básicos, sendo que o primeiro, “As relações de propriedade”, aborda o assunto propriedade e suas

implicações sociais, permeando o Tema 03 do Bloco 01. Já os outros três conteúdos básicos podem sustentar o entendimento acerca da atual economia, tanto nacional como mundial, pois aborda a formação do campo e da cidade e suas relações ao longo dos tempos. Os conteúdos selecionados foram: A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade; As relações entre o campo e a cidade; e Conflitos e resistências e produção cultural campo/cidade.

No oitavo ano foram separados outros quatro conteúdos básicos, todos envolvidos com o Tema 04 (Trabalho) proposto pela ENEF. Esses conteúdos remetem a aspectos evolutivos do trabalho, bem como os relacionam com a sociedade, explicando as conquistas históricas dos trabalhadores, e se mostram importantes para o aluno entender conceitos acerca de salários, jornadas de trabalho, férias, etc., necessários para a educação financeira. Os conteúdos básicos elencados foram:

- ✓ História das relações da humanidade com o trabalho.
- ✓ O trabalho e a vida em sociedade.
- ✓ O trabalho e as contradições da modernidade.
- ✓ Os trabalhadores e as conquistas de direito.

No último ano do Ensino Fundamental foi selecionado apenas um conteúdo básico: A formação do Estado. Este conteúdo pode ser relacionado à economia, tanto nacional como mundial, bem como a bens públicos, uma vez que a organização do Estado e sua forma de atuação sobre a sociedade é base para entendimento dos pilares econômicos atuais, servindo de parâmetro também para entender a administração pública.

### **3.1.3 Matemática**

A Matemática corresponde à disciplina que é vista como aquela que mais contribui à Educação Financeira, em decorrência, principalmente, de possuir um conteúdo denominado Matemática Financeira (HOFMANN; MORO, 2012).

A análise do conteúdo programático apresentado pela ENEF, entretanto, se considerarmos apenas a morfologia das palavras ali dispostas, não implica numa abordagem profunda da matemática. Contudo, é notório que a matemática está

inserida em vários momentos da Educação Financeira, principalmente no planejamento e nas decisões que, necessariamente, são praticadas na condução financeira.

A disciplina de Matemática no Estado do Paraná visa possibilitar aos alunos realizar análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias, utilizando o conhecimento matemático para ampliação do conhecimento, bem como para formulação de novas ideias e o consequente desenvolvimento da sociedade (PARANÁ, 2008a).

Para concretização do objetivo, a Matemática foi organizada sobre cinco conteúdos estruturantes: Números e Álgebras; Grandezas e Medidas; Geometrias; Funções; Tratamento da Informação.

Números e Álgebras abordam as representações numéricas e simbólicas que foram e são desenvolvidas pela humanidade, auxiliando na quantificação e mensuração de diversas grandezas. Em Grandezas e Medidas, os alunos são levados a compreender as diversas medidas realizadas pelo homem, que se originaram da necessidade de comparar e determinar o que seria maior ou menor, antes ou depois, mais ou menos, etc. A Geometria aborda as formas estruturais existentes no mundo.

As funções descrevem, no plano cartesiano, a relação entre duas ou mais variáveis e auxiliam significativamente o homem em suas atividades produtivas, nas mais variadas áreas. Por fim, o Tratamento da Informação compreende o estudo estatístico e a matemática financeira.

Assim, os conteúdos expostos na disciplina de Matemática estarão intimamente conectadas à Educação Financeira, por se mostrarem ferramentas indispensáveis para uma boa realização de um planejamento financeiro que contemple a implementação de atitudes rentáveis ou, ao menos, equilibradas do ponto de vista financeiro.

Nesse sentido, pode-se exemplificar, de maneira bastante trivial, que a matemática está presente, por exemplo, quando o consumidor adquire um produto. Ao realizar a opção do pagamento, o consumidor pode verificar se o pagamento à vista ou parcelado se mostra mais viável.

Em outro exemplo, supondo que determinado produto custe R\$ 1.000,00 tanto para aquisição à vista quanto parcelada em 10 vezes. Se o mercado estiver operando com uma inflação de aproximadamente 8%, fica evidente, utilizando a matemática, que o valor real da parcela irá diminuir ao longo do pagamento das parcelas. Nesse caso, o consumidor que possui o montante para adquirir o bem à vista poderá optar pelo pagamento parcelado, por ser mais rentável para ele, uma vez que poderá se valer do dinheiro para realizar aplicações que lhe proporcionarão outros ganhos.

No entanto, terá que verificar, também, se esta parcela vai elevar em demasia seu grau de endividamento – avaliação esta que também ocorre com o auxílio da matemática, através do uso da porcentagem – e, em caso positivo, balancear se a manutenção do dinheiro em outros investimentos seria mais vantajosa do que assumir a parcela e aumentar seu endividamento.

Os conteúdos básicos extraídos das diretrizes curriculares para a disciplina de Matemática foram:

- 6º Ano
  - ✓ Sistemas de numeração;
  - ✓ Números Naturais;
  - ✓ Múltiplos e divisores;
  - ✓ Potenciação e radiciação;
  - ✓ Números fracionários;
  - ✓ Números decimais;
  - ✓ Sistema monetário;
  - ✓ Dados, tabelas e gráficos;
  - ✓ Porcentagem.
  
- 7º Ano
  - ✓ Razão e proporção;
  - ✓ Regra de três simples;
  - ✓ Pesquisa Estatística;
  - ✓ Média Aritmética;
  - ✓ Moda e mediana;

- ✓ Juros simples.
  
- 8º Ano
  - ✓ Sistemas de Equações do 1º grau;
  - ✓ Potências;
  - ✓ Monômios e Polinômios;
  - ✓ Medidas de comprimento;
  - ✓ Medidas de área;
  - ✓ Gráfico e Informação;
  - ✓ População e amostra.
  
- 9º Ano
  - ✓ Números Reais;
  - ✓ Equação do 2º grau;
  - ✓ Regra de Três Composta;
  - ✓ Noção intuitiva de Função Afim;
  - ✓ Noção intuitiva de Função Quadrática;
  - ✓ Noções de Análise;
  - ✓ Combinatória;
  - ✓ Noções de Probabilidade;
  - ✓ Estatística;
  - ✓ Juros Compostos.

Como mencionado, a exposição dos conteúdos de matemática e a relação com o conteúdo programático de Educação Financeira exposto pela ENEF podem parecer complicadas, uma vez que, considerando apenas a morfologia das palavras descritas ali, poderia remeter para a ausência de matemática nos temas propostos.

Entretanto, é impraticável a realização de qualquer ato financeiro sem a abordagem matemática. Tanto que ela está inserida em todos os temas propostos pelo ENEF.

Não há, contudo, que se falar aqui em relação indireta, uma vez que os conteúdos apresentados, por vezes, pautam assuntos financeiros, tendo sua origem na prática mercadológica, como ocorre, por exemplo, com os conteúdos de juros simples e juros compostos. Outros temas, como porcentagem, razão e proporção ou, ainda, regra de três (simples e composta), são comumente utilizadas nos assuntos financeiros e praticadas regularmente pelos gestores financeiros.

A fim de aprofundar um pouco mais a discussão, foi analisado ainda o Caderno de Expectativas de Aprendizagem, descrito no tópico a seguir.

### **3.2 ANÁLISE DO CADERNO DE EXPECTATIVAS**

Além da análise das diretrizes curriculares, buscou-se uma análise um pouco mais aprofundada dos conteúdos que devem ser trabalhados em sala de aula e que serão assimilados pelos alunos do Ensino Fundamental II.

Neste sentido, o Caderno de Expectativas de Aprendizagem, criado pelo Governo Estadual do Paraná em 2012, elucida os conteúdos que devem ser trabalhados pelos professores em sala de aula para que todos os alunos da rede estadual, independente da região onde vivem, aprendam igualmente os assuntos, sem disparidades.

O Caderno de Expectativas de Aprendizagem representa, assim, um objetivo a ser alcançado, cabendo ao estabelecimento e a cada professor, no seu Plano de Trabalho Docente, definir o caminho que será percorrido para que os alunos aprendam.

Nesta perspectiva, este documento serve como subsídio para que o docente planeje sua aula, podendo servir inclusive para um trabalho maior dentro do ambiente escolar, como a elaboração do Plano de Trabalho Docente e da Proposta Pedagógica Curricular.

No aspecto social, é possível concluir que o Caderno de Expectativas de Aprendizagem possui caráter democratizador do ensino público, uma vez que:

- 1) contribuem para a qualificação do ensino, na medida em que, coerentes com as Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual, expressam claramente, embora de



forma ampla os conteúdos fundamentais que devem ser ensinados/aprendidos em cada uma das disciplinas do currículo escolar; 2) podem ser consideradas instrumentos pedagógicos de democratização do ensino, ao serem apropriadas por todo o conjunto de estabelecimentos e professores, na medida em que asseguram a todos uma mesma baliza geral de temas/conteúdos que devem ser ensinados/ aprendidos (PARANÁ, 2012).

Assim como realizado na análise das Diretrizes Básicas, novamente foram considerados os conteúdos que possuem relação direta com a Educação Financeira, na proposta curricular apresentada pela ENEF.

Novamente, as disciplinas selecionadas que contemplam expectativas de aprendizagem que se relacionam com o conteúdo programático da Educação Financeira segundo o ENEF são Geografia, História e Matemática.

Contudo, o detalhamento das expectativas de aprendizagem se mostram importante, no sentido de que esmiúça os conteúdos básicos percorridos nas Diretrizes Básicas, conferindo uma nova concepção acerca de uma real abordagem da Educação Financeira pelo Ensino Fundamental no Estado do Paraná.

### **3.2.1 Geografia**

Foram selecionadas as seguintes expectativas de aprendizagem que possuem alguma relação temática com a Educação Financeira, na concepção proposta pelo ENEF.

- 6º Ano:
  - ✓ 4. Identifique as formas de apropriação da natureza, a partir da ação humana e suas consequências econômicas, socioambientais e políticas.
  - ✓ 7. Entenda o processo de transformação de recursos naturais em fontes de energia.
  - ✓ 8. Compreenda o processo de formação, transformação e localização dos recursos naturais e a sua apropriação pela sociedade e suas consequências.
  - ✓ 9. Compreenda os problemas socioambientais relacionados ao aproveitamento e à escassez dos recursos naturais.

- ✓ 10. Compreenda a distribuição das atividades produtivas refletindo na (re)organização do espaço geográfico.
  - ✓ 11. Compreenda as intervenções humanas no meio ambiente decorrentes das atividades produtivas, conhecendo seus impactos econômicos, culturais e ambientais.
  - ✓ 13. Identifique as relações existentes entre o campo e a cidade: questões econômicas, ambientais, políticas, culturais e sociais.
  - ✓ 15. Identifique e caracterize as atividades econômicas típicas do campo e da cidade, reconhecendo sua importância para a sociedade
  - ✓ 16. Entenda a transformação demográfica e a distribuição espacial da população, como resultado de diferentes fatores (econômicos, históricos, naturais e políticos).
  - ✓ 18. Entenda o conceito de sociedade.
- 
- 7º Ano
  - ✓ 44. Compreenda como a industrialização e a modernização da agricultura influenciaram o processo de urbanização no Brasil.
  - ✓ 45. Entenda o processo de crescimento urbano e suas repercussões no meio ambiente.
  - ✓ 47. Reconheça o uso de tecnologias nas diferentes atividades produtivas e as mudanças nas relações socioespaciais e ambientais.
  - ✓ 48. Entenda como a industrialização acelerou a exploração dos elementos da natureza e suas consequências ambientais.
  - ✓ 49. Verifique a distribuição das atividades produtivas no território brasileiro e paranaense.
  - ✓ 51. Reconheça a configuração do espaço de circulação de mão de obra, mercadorias e sua relação com os espaços produtivos brasileiros.
  - ✓ 52. Compreenda as redes de informação e comunicação para a organização das atividades econômicas em território brasileiro e sua importância

- 8º Ano
  - ✓ 58. Entenda a formação dos territórios supranacionais decorrente das relações econômicas, políticas, culturais, e o papel do Estado.
  - ✓ 59. Identifique o papel das organizações supranacionais na resolução de conflitos e crises econômicas.
  - ✓ 60. Reconheça a ONU como um organismo supranacional.
  - ✓ 61. Reconheça a constituição dos blocos econômicos, considerando as relações políticas e econômicas.
  - ✓ 62. Reconheça o protecionismo nas relações do comércio mundial.
  - ✓ 64. Reconheça a importância da rede de transporte, comunicação e circulação de mercadorias, da mão de obra e de informações sobre a economia regional.
  - ✓ 65. Compreenda as inovações tecnológicas, sua relação com as atividades produtivas industriais e agrícolas, e as suas consequências ambientais e sociais.
  - ✓ 66. Estabeleça a relação entre o processo de industrialização e a urbanização.
  - ✓ 76. Compreenda as desigualdades sociais existentes no espaço geográfico.
  - ✓ 77. Entenda o conceito de sociedade.
  - ✓ 84. Entenda a relação entre o aumento do consumo e o esgotamento dos recursos naturais.
  
- 9º Ano
  - ✓ 88. Entenda as relações entre países e regiões no processo de globalização.
  - ✓ 89. Entenda a formação dos territórios supranacionais, decorrente das relações econômicas, políticas e culturais, e o papel do Estado.
  - ✓ 91. Compreenda as influências da revolução técnico-científica-informacional nos espaços de produção, na circulação de mercadorias e nas formas de consumo.

- ✓ 92. Entenda a tecnologia na produção econômica, nas comunicações, nas relações de trabalho e na transformação do espaço geográfico.
- ✓ 93. Entenda a formação dos blocos econômicos e sua influência política e econômica na regionalização mundial.
- ✓ 94. Compreenda a importância econômica, política e cultural do comércio mundial.
- ✓ 95. Compreenda a atual configuração do espaço mundial e suas implicações sociais, econômicas e políticas.
- ✓ 98. Compreenda os indicadores sociais e econômicos da desigual distribuição de renda nos diferentes continentes.
- ✓ 100. Entenda o conceito de sociedade.
- ✓ 104. Entenda o aumento no fluxo populacional pelo mundo decorrente do processo de globalização.
- ✓ 105. Compreenda os problemas sociais e as mudanças demográficas geradas no processo de industrialização, e sua origem.
- ✓ 106. Entenda como as atividades produtivas interferem e organizam o espaço geográfico.
- ✓ 108. Relacione as inovações tecnológicas com as atividades produtivas.
- ✓ 109. Relacione as transformações na dinâmica da natureza decorrentes do emprego de tecnologias de exploração e produção.
- ✓ 110. Compreenda o processo de transformação dos recursos naturais em fontes de energia.
- ✓ 112. Entenda as redes de transporte e comunicação, e a importância delas no desenvolvimento das atividades produtivas.
- ✓ 113. Verifique de que forma o processo de globalização intensificou as redes e os fluxos no espaço geográfico mundial.
- ✓ 114. Identifique o transporte aéreo e marítimo como facilitadores no intercâmbio de mercadorias entre os diferentes países do mundo.

As expectativas selecionadas reforçam aquilo que já havia sido vislumbrado na análise dos conteúdos básicos descritos nas Diretrizes Básicas. A Geografia, no Ensino Fundamental II, auxilia o indivíduo a deter a concepção acerca

dos Temas 08 e 09 (Economia do país e Economia do mundo) do Bloco 03, e também do Tema 04, que é trabalhado de forma bastante reticente, para o contexto da Educação Financeira, uma vez que deixa de realizar uma abordagem individualista, não descrevendo, por exemplo, os amparos legais que norteiam este tema.

### 3.2.2 História

Para a disciplina de História, foram selecionadas as seguintes expectativas de aprendizagem com aquelas relacionadas à Educação Financeira.

- 7º Ano
  - ✓ 32. Compreenda que a luta pela terra no Brasil decorre da concentração de terras, bem como de outros fatores da economia capitalista.
  
- 8º Ano
  - ✓ 47. Entenda o processo de industrialização no Brasil, no século XX, e as mudanças nas relações de trabalho, bem como as formas de organização dos trabalhadores no decorrer deste período.
  - ✓ 49. Conheça o processo de organização dos movimentos sociais e dos partidos políticos dos trabalhadores europeus no século XIX como fator de transformações das relações trabalhistas.
  
- 9º Ano
  - ✓ 58. Compreenda a opção neoliberal dos governos brasileiros na década de 1990 e sua relação com o discurso e a política mundial daquele momento.

A análise das expectativas para a disciplina de História se mostrou benéfica, uma vez que a análise dos conteúdos básicos apresentou resultados não observados nas expectativas. Assim, é possível perceber a atuação reduzida da disciplina de História como contribuinte para a formação conceitual da Educação Financeira no estudante.

As expectativas vislumbradas estão associadas somente aos Temas 04 (Trabalho) e 08 (Economia do País). Ao assimilar conceitos da economia capitalista para entender a existência de latifúndios em território brasileiro, o aluno entenderá um pouco da dinâmica desse sistema econômico e suas regras mercadológicas. Além disso, o conhecimento das relações de trabalho que se originaram na industrialização do Brasil proporcionará o entendimento das relações trabalhistas atuais, principalmente a mais comum – empregado x empregador –, abordando de forma significativa o Tema 04 da Educação Financeira concebida pela ENEF.

Por fim, ao mencionar o neoliberalismo e sua propagação no Brasil na década de 1990, fica possível entender um pouco acerca da economia atual do país, que vai ao encontro do Tema 08 da Educação Financeira. Contudo, pode-se aferir relevância à disciplina, justamente por abordar o conceito de trabalho, que pode ser considerada uma complementação ao abordado pela disciplina de Geografia, bem como introduzir o neoliberalismo com uma visão macroeconômica.

### **3.2.3 Matemática**

A seguir são relacionadas as expectativas de aprendizagem descritas na disciplina de Matemática, que possuem relação com a Educação Financeira.

- 6º Ano
- ✓ 15. Resolva situações-problema envolvendo operações com números racionais.
- ✓ 22. Compreenda conceitos do Sistema Monetário Brasileiro.
- ✓ 23. Resolva situações-problema envolvendo o Sistema Monetário Brasileiro.
- ✓ 35. Interprete e organize dados e informações em tabelas.
- ✓ 36. Interprete e represente dados e informações em diferentes tipos de gráficos.
- ✓ 37. Resolva situações-problema envolvendo dados e informações estatísticas.
- ✓ 38. Compreenda o conceito de porcentagem.
- ✓ 39. Resolva situações-problema que envolvam porcentagem.

- 7º Ano
  - ✓ 52. Compreenda os conceitos de razão e proporção entre grandezas.
  - ✓ 53. Reconheça grandezas direta e inversamente proporcionais.
  - ✓ 54. Resolva situações-problema envolvendo grandezas direta e inversamente proporcionais.
  - ✓ 55. Compreenda e aplique a regra de três simples.
  - ✓ 56. Resolva situações-problema envolvendo regra de três simples.
  - ✓ 72. Analise, interprete e organize dados e informações de pesquisas estatísticas em gráficos e tabelas.
  - ✓ 74. Compreenda o conceito de juro.
  - ✓ 75. Resolva situações-problema envolvendo juros simples.
  
- 8º Ano
  - ✓ 77. Efetue cálculos com números racionais e/ou irracionais, envolvendo as seis operações fundamentais.
  - ✓ 78. Resolva equações do 1º grau.
  - ✓ 106. Analise e interprete resultados de pesquisas estatísticas realizadas por amostragem.
  - ✓ 107. Identifique e interprete dados e informações estatísticas por meio de sua representação gráfica.
  - ✓ 108. Resolva situações-problema envolvendo pesquisas estatísticas.
  
- 9º Ano
  - ✓ 117. Compreenda e aplique a regra de três composta.
  - ✓ 118. Resolva situações-problema envolvendo regra de três composta.
  - ✓ 137. Reconheça variáveis estatísticas e compreenda a distribuição de frequência.
  - ✓ 138. Resolva situações-problema envolvendo o cálculo das chances de ocorrência de um evento.
  - ✓ 139. Resolva situações-problema envolvendo cálculos de juro composto.

Assim, como verificado nos conteúdos básicos, tem-se que as expectativas de aprendizagens estão inseridas em todos os temas propostos no Conteúdo Programático apresentado pela ENEF.

Todavia, está claro que os temas abordados na Educação Financeira se mostram dispersos durante os quatro anos do Ensino Fundamental II, tendo conteúdos trabalhados isoladamente, que podem contribuir para a formação do indivíduo no trato das questões de finanças pessoais. No capítulo a seguir serão expostos e relacionados todos os temas do ENEF e a contribuição de cada disciplina trabalhada neste tópico.



#### 4 DISCUSSÃO

A análise mais criteriosa dos conteúdos básicos descritos nas Diretrizes Curriculares do Ensino Básico do Estado do Paraná, somadas às expectativas de aprendizagens, poderia remeter facilmente à percepção de que a Educação Financeira não é suprida no Ensino Fundamental ofertado nas escolas públicas desta unidade federativa, nos ditames apregoados pela Estratégia Nacional de Educação Financeira.

Vejam os o Tema 01 – Vida Familiar Cotidiana: A proposta da ENEF pretender trabalhar com o aluno as finanças pessoais e familiares, incentivando as práticas de orçamento e pesquisas comparativas de preços, bem como introduzindo o conceito de despesas e consumo sustentável, além de apontar para a existência de imprevistos, que geram despesas imprevistas (CONEF, 2013a).

Abordando a disciplina de Geografia e seus conteúdos básicos, não é possível vislumbrar nenhum momento em que esta matéria consegue abordar este tema. Fato similar ocorre para a disciplina de História. Obviamente que a Matemática está inserida neste tema. Porém, será realizada uma abordagem das disciplinas de Geografia e História para cada tema e, após a apresentação de todos os temas, uma discussão em relação à Matemática.

O Tema 02 – Vida Social – objetiva demonstrar a existência de desperdícios e como evitá-los, como organizar e planejar eventos coletivos, prevenir a influência social na tomada de decisões financeiras, colocar o conceito de endividamento e como se prevenir dos malefícios dos parcelamentos e dos cartões de crédito (CONEF, 2013a).

A abordagem desse segundo tema proposto pela ENEF pode ser realizada por dois pontos de vista. Em primeiro momento, se considerarmos a sociologia e que a vida em sociedade possibilitou toda a evolução técnico-científica do homem, é possível dizer que alguns conteúdos propostos por Geografia e História, ao abordar aspectos históricos de formação das sociedades, auxiliam no entendimento deste tema. Entretanto, uma abordagem mais financeira aponta para uma relação bastante distante, de difícil dedução por parte do aprendiz, daquilo que se almeja no ensino de finanças pessoais. Assim, opta-se neste momento, pela

segunda abordagem, imaginando que estas disciplinas não são capazes, através dos conteúdos básicos apontados e das expectativas de aprendizagem selecionadas, de suprir o conhecimento necessário para entender a educação financeira, na proposta da ENEF.

O Tema 03 – Bens Pessoais – explica, por meio de situações cotidianas, como o consumo deve ser realizado de modo sustentável, principalmente na aquisição de bens pessoais muito almejados. Assim, aborda alguns temas importantes para as finanças pessoais, como empréstimos, financiamentos, compras à vista e a prazo, oportunidades, textos publicitários, sempre buscando o equilíbrio entre o desejo e o necessário. Por fim, este tema aborda ainda o código de defesa do consumidor e taxa de câmbio (CONEF, 2013a).

Em relação a este tema, a análise dos conteúdos básicos demonstrou, primariamente, que a disciplina de História, através do conteúdo “As relações de propriedade”, poderia realizar algum tipo de abordagem no sétimo do Ensino Fundamental II. Entretanto, quando da análise do caderno de expectativas de aprendizagem, não foi verificado nenhum tipo de conhecimento esperado para o aluno deste nível que, ao menos, abordasse de forma introdutória a temática proposta pela ENEF.

O Tema 04 – Trabalho – traz à luz o conceito de trabalho, na sua forma mais comum – empregado. Propõe-se a auxiliar o aluno a confeccionar um currículo, a escolher uma profissão, a calcular seu salário, a reconhecer os descontos legais, a realizar provisões com base no salário que possui, a entender a diferença entre salário líquido e salário bruto, e, ainda, entender a relação entre previdência e aposentadoria (CONEF, 2013b).

Este tema é, talvez, um dos mais abordados pelas disciplinas de Geografia e História. Ao abordarem aspectos históricos e sociais das relações de trabalho, as disciplinas conseguem propiciar o entendimento acerca do trabalho e sua relevância na vida do indivíduo. Não se vislumbra, contudo, a abordagem acerca da previdência e aposentadoria.

O Tema 05 – Empreendedorismo – traz conceitos básicos acerca do “negócio próprio”, buscando demonstrar a diferença entre empreendedorismo por necessidade e empreendedorismo por oportunidade, o reconhecimento de

competências e habilidades, a montagem de um plano de negócios, reconhecendo o aspecto socioambiental e a existência de tributos na manutenção de uma empresa. Não foi verificado nenhum conteúdo básico ou expectativa de aprendizagem que aborde esta temática nas disciplinas de História e Geografia (CONEF, 2013b).

O Tema 06 – Grandes Projetos – aponta para a existência de grandes sonhos pessoais e a necessidade de realizar planejamentos para sua concretização. Assim, através de expectativas exemplificativas, tais como aquisição do imóvel residencial ou de um automóvel e realização de uma festa, aborda temas como financiamentos a longo prazo, investimentos (inclusive estudantil), consórcios, etc. Similar ao que ocorreu para o tema 05, aqui também não foi verificado nenhum conteúdo básico ou expectativa de aprendizagem que aborde esta temática nas disciplinas de História e Geografia. O mesmo ocorrerá novamente para o próximo tema (CONEF, 2013b).

O Tema 07 – Bens Públicos – traz à luz a existência de orçamentos e gastos públicos e suas diferenças e semelhanças com o orçamento familiar, a necessidade dos tributos e da nota fiscal, o problema da corrupção, os diferentes impostos e suas funções (CONEF, 2013c).

O Tema 08 – Economia do país – conceitua inflação, relacionando-a ao orçamento familiar, expõe o Sistema Financeiro e seus agentes, a relação entre crescimento econômico e renda individual, a relação entre oferta e procura na formação do preço, o salário mínimo e a necessidade mínima das pessoas (CONEF, 2013c).

Ao lado dos temas 04 e 09, economia do país foi um dos principais temas propostos pela ENEF, que encontrou correlação com os conteúdos básicos e expectativas de aprendizagem para Geografia e História. Essas disciplinas abordam assuntos que possibilitam entender a evolução do sistema econômico-financeiro e, conseqüentemente, do atual sistema capitalista.

Por fim, o Tema 09 – Economia no mundo – expõe os blocos econômicos, a importação e exportação, as relações internacionais, os conceitos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Produto Interno Bruto (PIB), e a relação entre as crises econômicas e as finanças pessoais (CONEF, 2013c).

Foi deixada a análise em relação à disciplina de Matemática em apartado às outras disciplinas, em decorrência de sua função na educação financeira. Não há como se falar em finanças sem pensar na matemática – operações, números, porcentagem, juros, etc.

A própria disciplina de Matemática possui o conteúdo de matemática financeira, que corresponde, na maioria das vezes, ao conhecimento das pessoas acerca de finanças pessoais (HOFMANN; MORO, 2012).

Desde modo, é notório que os conteúdos básicos e as expectativas de aprendizagem selecionadas para a matemática estão contextualizadas em todos os nove temas propostos pela ENEF para formar o currículo de Educação Financeira. Não há como duvidar que a realização de orçamentos e a comparação de preços, por exemplo, necessitam da matemática para serem realizados.

Entretanto, não ficou demonstrado, pelos documentos analisados, que a matemática é capaz de conceituar despesas, consumo sustentável, previdência, empreendedorismo e outros assuntos pertinentes à educação financeira.

O Quadro 05 expõe a relação entre os conteúdos básicos e expectativas de aprendizagem analisadas e os temas propostos pela ENEF para compor o conteúdo programático da Educação Financeira a ser desenvolvida em ambientes escolares.

Quadro 5: Relação entre os Conteúdos Programáticos da Educação Financeira propostos pela ENEF e os Conteúdos Básicos e Expectativas de Aprendizagem do Ensino Fundamental II

Temas		Conteúdos Básicos (Diretrizes Curriculares)			Expectativas de Aprendizagens		
		Geog.	Hist.	Mat.	Geog.	Hist.	Mat.
01	Vida Familiar Cot.			X			X
02	Vida Social			X			X
03	Bens Pessoais		X	X			X
04	Trabalho	X	X	X	X	X	X
05	Empreendedorismo			X			X
06	Grandes Projetos			X			X
07	Bens Públicos		X	X			X
08	Economia do País	X	X	X	X	X	X
09	Economia do Mundo	X	X	X	X		X

Fonte: Autor (2016).

Quanto ao uso dos conteúdos básicos e das expectativas de aprendizagem, foi verificado que, pela análise dos conteúdos básicos, a disciplina de História poderia abordar os temas 03 e 07. Já a análise das Expectativas de Aprendizagem demonstrou que esses temas não são referenciados pela disciplina no Ensino Fundamental II.

Isto corrobora com a justificativa de analisar não somente os conteúdos básicos propostos, que, por introduzirem terminologias abrangentes, podem ocasionar conclusões equivocadas. Outro ponto interessante a ser discutido nesse sentido é que o conteúdo básico “A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico” é observado nos quatro períodos anuais do Ensino Fundamental II para a disciplina de Geografia, demonstrando a necessidade se especificar essa situação.

No entanto, seria prematuro negligenciar a análise do conteúdo básico, uma vez que, ao permitir uma aproximação deste conteúdo com o tema proposto pela ENEF, pode-se conferir que eles possuem alguma relação que pode ser desenvolvida e explorada pelo docente, mesmo não sendo o previsto pela legislação estadual.

A abordagem da Educação Financeira se mostra incompleta na emenda curricular do Ensino Fundamental II do Estado do Paraná, quando comparada com a proposta curricular da ENEF. Apesar de os conteúdos básicos e expectativas de aprendizagem da disciplina de Matemática estarem contextualizados em todos os temas elencados anteriormente, não é possível atribuir a esta ciência, pelos documentos analisados, uma completa abordagem dos assuntos necessários para o completo entendimento financeiro.

É possível dizer que apenas três temas são bastantes explorados no Ensino Fundamental II: Trabalho, Economia no país e Economia do mundo.

No entanto, desconsiderar a possibilidade de trabalhar a Educação Financeira nos parâmetros estabelecidos pela ENEF em função dos dados obtidos seria uma conclusão precipitada desta pesquisa.

Em seu plano diretor, a ENEF estabelece que a Educação Financeira seja trabalhada pelas diversas áreas do conhecimento, empregando uma abordagem

condizente com a realidade do aluno, como um tema relevante. Assim, verifica-se a proposta por uma abordagem transversal que transita por diversas disciplinas.

Assim, ao considerar a abordagem transversal, seria possível remeter para uma situação prática, em que os conteúdos propostos pela ENEF são trabalhados utilizando como base aqueles previstos atualmente na legislação e complementados pela atuação dos professores.

Em outras palavras, a aplicação do Programa de Educação Financeira no Estado do Paraná se mostra viável com os conteúdos básicos expostos atualmente, desde que a instituição de ensino se comprometa a complementar e completar as lacunas, ofertando os temas propostos no conteúdo programático da Educação Financeira proposto pela ENEF. Apesar de a constatação se mostrar óbvia em primeiro momento, ela é necessária para citar uma possibilidade legal.

Primeiramente, cabe ressaltar que a discussão acerca do objetivo apresentado poderia converter-se em dois caminhos: analisando a situação atual, sem que a instituição de ensino se comprometa com a proposta da ENEF, o conteúdo básico do Ensino Fundamental, analisado também pelas expectativas de aprendizagem, se mostrariam insuficientes para a formação disciplinar dos alunos no trato das finanças pessoais; porém, considerando possível a inserção da instituição de ensino à proposta da ENEF, os conteúdos básicos do Ensino Fundamental II poderiam perfeitamente ser relacionados com a proposta curricular da ENEF para a Educação Financeira e, através de uma complementação realizada pelos docentes (que poderiam, inclusive, utilizar do material ofertado pela ENEF), satisfazer os objetivos propostos pelo programa, que é promover a formação dos alunos para lidar com suas finanças pessoais.

É neste momento que se faz necessário enfatizar a possibilidade normativa em se realizar essa adesão através da autonomia das escolas conferida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para elaborar e executar as Propostas Pedagógicas e o Plano de Trabalho Docente. Assim, a abordagem da Educação Financeira poderia ser inserida como tema relevante pela escola, em virtude da atuação do ENEF em âmbito nacional, que realiza esta proposta, o que resultaria na oferta deste conhecimento aos alunos da rede pública do Estado do Paraná.

Por fim, vale a ressalva de que nas pesquisas realizadas nos documentos estaduais, principalmente aqueles de ordem legal que normatizam o Ensino Fundamental, não foi encontrada nenhuma menção ou correspondência com a Educação Financeira ou com a proposta da ENEF.

## 5 CONCLUSÕES

O sistema financeiro no Brasil e a ampliação constante de operações no mercado interno e externo influenciam demasiadamente o cotidiano das pessoas, que vivem sob a pressão do consumo.

Consumir é extremamente importante no sistema do capital. Sem o consumo, as bases do capitalismo ruiam e a adoção de um novo sistema financeiro seria muito necessária. Porém, o consumo desenfreado, que acarreta endividamento e, conseqüentemente, inadimplência, deve ser compreendido e desestimulado.

Sob a ótica pessoal, o consumo desenfreado acarreta em diversos problemas: endividamento; comprometimento das finanças; dificuldade em adquirir novos bens, principalmente de valores financeiros maiores; carência de investimentos e reservas; além daqueles de ordem psicológica, ocasionados pelo estresse gerado por todas as dificuldades apontadas.

Para o sistema financeiro, o consumo irracional e o posterior endividamento geram problemas também, pois impedem a consumação de novas transações, além de a inadimplência acarretar a elevação de juros e a dificuldade para conseguir financiamentos ou créditos.

A Educação Financeira é uma ferramenta para auxiliar as pessoas no controle de suas finanças pessoais e, por conseguinte, na manutenção de um sistema financeiro mais saudável e promissor. Contudo, ela ainda é tema recente no cenário brasileiro, e sua abordagem legal ainda carece de vários preceitos. A realidade dos cenários internacionais, principalmente daqueles de países desenvolvidos, está muito à frente do vislumbrado em território nacional.

Para desenvolver a Educação Financeira em território nacional foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira, que propõe a realização de uma educação financeira de forma transversal, sendo abordada e trabalhada por várias disciplinas de forma transversal.

O alcance da ENEF, por seu turno, ainda não pode ser vislumbrado significativamente. Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados anteriormente ao surgimento da ENEF e permanecem inalterados ainda hoje. Não há a menção da Educação Financeira nos temas transversais do Ensino



Fundamental, apesar de o tema Trabalho e Consumo estar inserido na Educação Financeira.

Os conteúdos abordados na disciplina de Matemática remetem, por vários momentos, para temas trabalhados na Educação Financeira, sem, contudo, demonstrar que é capaz de conceituar os vários assuntos necessários para a aprendizagem financeira.

A aplicação do tema no Ensino Fundamental, apesar de parecer precoce, se mostra interessante pelo nível de escolaridade do Brasil e por também ser nesta fase que a autonomia do educando é desenvolvida.

O trabalho de forma transversal poderia ser realizado com uma regulamentação que disciplinasse essa postura. Considerando o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, essa padronização deve ser impulsionada por legislação nacional, que direcionaria as legislações estaduais.

A criação de uma disciplina própria de educação financeira se mostra inviável no atual cenário da educação brasileira. Assim, a abordagem transversal da Educação Financeira deve ser considerada e sistematizada em todo o país. O Paraná poderia ter se adiantado ao confeccionar o Caderno de Expectativas de Aprendizagem no ano de 2012, regularizando a abordagem da educação financeira.

Diante do exposto, defende-se que a Educação Financeira ainda precisa ser mais bem desenvolvida no Estado do Paraná e, também, mais bem tratada na legislação nacional, a fim de propagá-la e estimulá-la por todo o território nacional.

A análise realizada nos documentos legais que norteiam o Ensino Fundamental II no Estado do Paraná, em especial as diretrizes básicas e o caderno de expectativas de aprendizagem, apontaram que apenas três dos nove temas propostos pela ENEF para trabalhar a Educação Financeira são bem desenvolvidos.

Isso demonstra que a Educação Financeira nos moldes almejados pela ENEF não está contemplada pela legislação paranaense que norteia o Ensino Fundamental II.

Entretanto, diante da autonomia da escola prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, existe a possibilidade de as instituições ofertarem esse conhecimento aos seus alunos. Essa constatação aponta para duas direções:

Em primeiro momento, verifica-se a possibilidade de novas pesquisas realizarem uma abordagem dentro do ambiente escolar e constatar como a Educação Financeira é trabalhada no Ensino Fundamental II, comparando com a proposta da ENEF

Por outro vértice, aponta para uma limitação desta pesquisa, que não abordou educadores que põem em prática os documentos analisados. Outra limitação que pode ser descrita é a abordagem apenas dos documentos normativos do Estado do Paraná, sem realizar comparativos com outros Estados da Federação.

Por fim, é importante frisar o empenho em âmbito nacional que vem buscando ofertar a educação financeira aos estudantes da rede pública de ensino. A Base Nacional Comum Curricular prevê a Educação Financeira como tema atual e a contempla para abordagem transversal. Assim, espera-se que este assunto esteja mais ambientado na educação brasileira nos próximos anos.

## REFERÊNCIAS

AMADEU, João Ricardo. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp150820.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília: UnB, 1985.

BERTOLDI, Andréa. Quase 90% dos paranaenses estão endividados. **Folha de Londrina**, Folha Economia & Negócios. Londrina, 02 dez. 2014. Disponível em: <[http://www.folhawe.com.br/?id\\_folha=2-1--245-20141202](http://www.folhawe.com.br/?id_folha=2-1--245-20141202)>. Acesso em: 04 dez. 2014.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças Pessoais versus Finanças Empresarias**. 2004. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria) – Faculdade de Ciência Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2004. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6506/000486157.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

BORSATO, Jaluza Maria Lima Silva et al. Otimismo e excesso de confiança: Um estudo do perfil comportamental dos indivíduos, à luz das finanças comportamentais. In: XII SEMEAD, Empreendedorismo e Inovação, 27-28 ago. 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998b. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. **Em nove anos, aumenta escolaridade e acesso ao ensino superior**. Brasília, 17 dez. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/12/em-nove-anos-aumenta-escolaridade-e-acesso-ao-ensino-superior>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DOU, 23 dez. 1996.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio**. Secretaria de Educação. Brasília, 2000. 109 p. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>, acesso em 13 de setembro de 2015.

BUGARIN, Rodolfo José de. **O nível de educação financeira traz um comportamento e resultados diferentes?** Dissertação (Mestrado em Economia) – Insper – Instituto de Pesquisa, São Paulo 2013.

BRAUNSTEIN, Sandra F.; WELCH, Carolyn. Financial Literacy: an overview of practice, research, and policy. **Federal Reserve Bulletin**, v. 88, n. 11, p. 445-457, Nov. 2002.

BRUHN, Miriam; LEÃO, Luciana de Souza; LEGOVINI, Arianna; MARCHETTI, Rogelio; ZIA, Bilal. **O Impacto da Educação Financeira do Ensino Médio: Evidência Experimental do Brasil**. [S.l.]: O Grupo de Pesquisa de Desenvolvimento do Banco Mundial e Região do Caribe e América Latina, 2013. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/imagem/file/Paper%20Banco%20Mundial%20-%20portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em: 22 out .15.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. **Finanças Pessoais: Conhecer para Enriquecer**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COELHO, Artur; PINTO, Hugo E. Meza; FERREIRA, Paulo Vagner. A próxima crise? O financiamento de Automóveis, o novo Subprime Brasileiro. **Janela Econômica**, 2008. Disponível em <<http://www.santacruz.br/v4/download/janela-economica/2008/1-a-proxima-crise.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CONEF. Comitê Nacional de Educação Financeira. **Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor. Bloco 1**. v. 01. Brasília: CONEF, 2013a. 3 v. Disponível em: <<https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-professor-bloco1>>. Acesso em: 22 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Comitê Nacional de Educação Financeira. **Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor. Bloco 2**. v. 01./ Brasília: CONEF, 2013b. Disponível em <<https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-professor-bloco2>>. Acesso em: 22 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Comitê Nacional de Educação Financeira. **Educação financeira nas escolas: ensino médio: livro do professor. Bloco 3**. v. 01. Brasília: CONEF, 2013c. Disponível em <<https://issuu.com/edufinanceiranaescola/docs/livro-professor-bloco3>>, Acesso em: 22 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Comitê Nacional de Educação Financeira. Plano Diretor da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). 2009. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

COSTA JR., Moacyr da Cruz et al. Plano-sequência: proposta da teoria do controle gerencial para a gestão do patrimônio familiar. **Revista e Gestão**, Porto Seguro, v. 5, n. 2, p. 33-60, abr.-jun./2009.

DONADIO, Rosimara; CAMPANARIO, Milton de Abreu; RANGEL, Armênio de Souza O Papel do da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **REMark** – Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75-93, jan./abr., 2012. Disponível em: <[http://www.revistabrasileiramarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/2281/pdf\\_70](http://www.revistabrasileiramarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/2281/pdf_70)>. Acesso em: 22 out. 2015.

EID JUNIOR, William; GARCIA, Fábio Gallo. **Como fazer o Orçamento Familiar**. São Paulo: Publifolha, 2001.

ENEF. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Plano Diretor**. Brasília: ENEF, 2011. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/imagem/file/Plano%20Diretor%20ENEF%20-%20Estrat%C3%A9gia%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira.pdf>> Acesso em 17-05-16.

\_\_\_\_\_. Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Ensino Médio**. Brasília: ENEF, 2015. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-44-ensino-medio.html>>. Acesso em: 22 out. 2015.

FECOMÉRCIO. PEIC – PESQUISA DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR. Disponível em: <<http://www.fecomerciopr.com.br/wp-content/uploads/2015/07/PEIC-SETEMBRO.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

FECOMÉRCIO. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência Do Consumidor** – PEIC. Brasília: CNC, 2015. Disponível em: <[http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release\\_peic\\_setembro\\_2015.pdf](http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/release_peic_setembro_2015.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2015.

FINANCIAL LITERACY FOUNDATION. **Financial Literacy** – Australians understanding money. Canberra, Sep. 2007. Disponível em <<https://www.moneysmart.gov.au/media/209293/australians-understanding-money.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

FOX, Lynn; HOFFMANN, Joy; WELCH, Carolyn. Federal reserve personal financial education initiatives. **Federal Reserve Bulletin**, p. 447-457, Autumn, 2004.

Disponível em: <[www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2004/autumn04\\_fined.pdf](http://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2004/autumn04_fined.pdf)>. Acesso em: 14-08-2015.

FREZATTI, FÁBIO. **Orçamento Empresarial** – Planejamento e Controle Gerencial. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GREENSPAN, A. Financial Literacy: A Tool for Economic Progress. **The Futurist**, v. 36, n. 4, p. 37-41, July-Aug. 2002.

GROPPELLI, Angelico A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GOMES, Filipe Vasconcelos. A insolvência civil. **DireitoNet**. 03 ago. 2013. Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8074/A-insolvencia-civil>>, acesso em 20 de março de 2016.

HOFMANN, Ruth Margareth; MORO, Maria Lucia Faria. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. **Zetetiké**, FE/Unicamp, v. 20, n. 38, p. 37-54, jul./dez. 2012.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. **The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and beyond**. The World Bank, Oct. 2005. Disponível em: <[http://info.worldbank.org/etools/library/view\\_p.asp?205715](http://info.worldbank.org/etools/library/view_p.asp?205715)>. Acesso em: 05 out. 2015.

JACOB, K. et al. **Tools for survival: an analysis of financial literacy programs for lower-income families**. Chicago: Woodstok Institute, 2000.

LEAL, Douglas Tavares Borges; MELO, Sheila de. A contribuição da educação financeira para a formação de investidores. In: 2º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças - UFSC, 08-10 out. 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, p. 1-12, 2008.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; SANTO, Janayna Maria de Araújo; ASSIS, Juliana Tabosa de; SANTOS, Márcia Cristina dos. Fatores que Influenciam o Endividamento e a Inadimplência no Setor Imobiliário da Cidade de Toritama-Pe à Luz das Finanças Comportamentais. **Holos**, Ano 30, v. 06, p. 90-113, 2014. Disponível em

<[www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/ 1084/pdf\\_130](http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/1084/pdf_130)>. Acesso em: 05 out. 2015.

LUNKES, Rogério J. **Manual de orçamento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MALLMANN, Estela Isabel; RIBEIRO, Caroline do Amaral; VIEIRA, Kelmara Mendes; SANTOS, João Heitor de Avila; TRINDADE, Larissa de Lima; MALLMANN, Estela Isabel. Finanças Pessoais: Análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de Administração. In: XII SEMEAD, Empreendedorismo e Inovação, 27-28 ago. 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2009.

MARTINS, José Pio. **Educação Financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MATTA, Rodrigo Octávio Beton. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal**: O Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5293/1/2007%20Rodrigo%20Oct%C3%A1vio%20Beton%20Matta.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

MATTOSO, Cecília de Lima Queirós. **Me empresta seu nome?** Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

METTE, Frederike Monika Budiner; MATOS, Celso Augusto. Comportamento do Consumidor Endividado: um Estudo com Indivíduos de Baixa Renda. In: XXXVIII Encontro da ANPAD, 13-17 set. 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.

MEYER, Cristiane Alperstedt. Planejamento formal e seus resultados: um estudo de caso. **Caderno de pesquisas em Administração**, v. 2, n. 5, p. 39-46, 1997.

MILANEZ, Daniel Yabe. **Finanças Comportamentais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MUNIZ JR., Ivail. Finanças no Ensino Médio: Atividades na Perspectiva da Educação Econômico-Financeira. In: XI Encontro Nacional de Educação Matemática, 18-21 jul. 2013, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2013.

NEGRI, Ana Lucia Lemes. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública**: Uma Proposta Inovadora. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_Ana-Lucia-Lemes-Negri.pdf](http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana-Lucia-Lemes-Negri.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2015.

OECD. Organization for Economic and Co-Operation Development. **Improving Financial Literacy**. Analysis of Issues and Policies. Paris. 2005.

OLIVATO, Herica; SOUZA, Patricia Keli Botari de. Endividamento: um estudo preliminar dos fatores Contribuintes. In: 1º Simpósio de Educação e 1º Encontro Científica de Educação da Unisalesiano, 2007, Lins. **Anais...** Lins, 2007. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/CC29390837898.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015.

OLIVEIRA, Nielmar de. Endividamento volta a subir e chega a mais de 60% das famílias, diz CNC. **EBC** – Agência Brasil, 22 dez. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-12/endividamento-volta-subir-e-chega-mais-de-60-das-familias-diz-cnc>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Caderno de Expectativas de Aprendizagem**. Curitiba: SEED, 2012. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/caderno\\_expectativas.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/caderno_expectativas.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Geografia**. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce\\_geo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_geo.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2016.

PEIXE, Blênio Cezar Severo; LENHARD, Nelton da Silva; HARRES, Paulo Roberto. Contabilidade Familiar: Um enfoque orçamentário. **Revista Ciências Empresariais UNIPAR**, Toledo, v. 2, jul./dez. 2000.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-28012008-141149/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

SALEH, Abdala Mohamed; SALEH, Pascoalina Bailon de Oliveira. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 189-214, Dec. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982013000400009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982013000400009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 set. 2015.

SEBSTAD, Jennefer; COHEN, Monique. Financial Education for the Poor. Financial Literacy Project Working Paper Number 1. **Microfinance Opportunities**, p. 1-17, Apr. 2003. Disponível em: <[www.microfinanceopportunities.org](http://www.microfinanceopportunities.org)>. Acesso em: 12 dez. 2008.



SHIUS, Fábio Mauricio. **A tríade da gestão financeira pessoal**. 2009. Dissertação (MBA – Gestão Financeira Aplicada) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau, 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/producao-academica/a-triade-dogestao-financeira-pessoal/2285/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

SIMON, Herber A. **Comportamento Administrativo**: estudo do processo decisório nas organizações administrativas. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

STEPHANI, Marcos. **Educação Financeira**: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <[tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=652](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=652)>. Acesso em: 16 set. 2015.

YASBEK, Priscila. Brasil é o 74<sup>o</sup> em ranking global de educação financeira. **Revista Exame**, 19 nov. 2015. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/brasil-e-o-74o-em-ranking-global-de-educacao-financeira>>. Acesso em: 24 maio 2016.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as Razões para o Endividamento da População de Baixa Renda**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.